

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**JOÃO VITOR GRIZOLA COSTA
RAÍSSA ALEXANDRA BRANDÃO**

**O PAPEL SOCIOEDUCATIVO DO ASSISTENTE SOCIAL NA LUTA CONTRA A
VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

**FRANCA
2022**

**JOÃO VITOR GRIZOLA COSTA
RAÍSSA ALEXANDRA BRANDÃO**

**O PAPEL SOCIOEDUCATIVO DO ASSISTENTE SOCIAL NA LUTA CONTRA A
VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. Área de Concentração: Violência Intrafamiliar.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Adriana Giaqueto Jacinto.

**FRANCA
2022**

Costa, João Vitor Grizola.

O papel socioeducativo do assistente social na luta contra a violência intrafamiliar / João Vitor Grizola Costa e Raíssa Alexandra Brandão. – Franca : [s.n.], 2022.

59 f.

Trabalho de conclusão (bacharelado – Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Adriana Giaqueto Jacinto

1. Serviço social. 2. Violência intrafamiliar. 3. Dimensão socioeducativa. I. Título. II. Brandão, Raíssa Alexandra.

CDD – 360

**JOÃO VITOR GRIZOLA COSTA
RAÍSSA ALEXANDRA BRANDÃO**

**O PAPEL SOCIOEDUCATIVO DO ASSISTENTE SOCIAL NA LUTA CONTRA A
VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof^a. Dr^a. Adriana Giaqueto Jacinto

1^a Examinadora: _____

Prof^a. Dr^a. Nayara Hakime Dutra Oliveira

2^a Examinadora: _____

Prof^a. Dr^a. Edvânia Ângela de Souza

Franca, 26 de janeiro de 2022.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à minha família por todo o apoio durante a graduação, que sempre estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis. Especialmente para: Cida (Vó); Andreia (Mãe); Lucas (irmão) e Maria Beatriz (Irmã).

Agradeço a todos os professores que passaram durante todo o processo de formação, foram fundamentais na construção do meu pensamento crítico.

E por fim, agradeço as amizades construídas durante os anos de graduação. Amizades construídas dentro e fora da sala de aula, que foram fundamentais nesses anos.

João Vitor Grizola Costa

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente àquele onipresente, onisciente e onipotente, a quem meu pai me ensinou a chamar de Deus e meu coração me ensinou a chamar de Universo. Agradeço por cada aparente coincidência que me favoreceu e cada acidente de percurso que deu vida à minha existência. Por todos os que estiveram em meu caminho e me permitiram aprender ou ensinar. Pela chance de trilhar o caminho que trilhei até aqui.

Agradeço especialmente aos meus pais, Fátima e Roberto, por me permitirem seguir pelos caminhos que escolhi, ainda que minhas escolhas causassem preocupação. Saibam que eu estou feliz e carrego grande gratidão a vocês por terem suprido minhas necessidades para que eu chegasse até aqui. O desejo de lhes orgulhar, força motriz da minha infância e adolescência, ainda habita em mim e espero realiza-lo em breve.

À minha querida irmã Roberta, a quem chamo de Iá, por sempre me apoiar e me escutar todas as vezes que precisei - você sempre foi uma grande amiga e uma grande inspiração para mim. Ao meu tão amado Álvaro Flávio, que me apoiou tanto durante o curso e sempre se doou para me ajudar - eu não poderia ter escolhido um companheiro melhor, sou grata pela sua vida e por participar dela. À minha querida tia Edna, que me escutou, orientou e incentivou desde a escolha do curso. Tia, você é uma enorme referência para mim, espero um dia conseguir ser como você.

Agradeço a todos os professores que já passaram pela minha vida, desde o começo da minha trajetória escolar até hoje. Sou grata por todo empenho e paciência, espero fazer jus ao trabalho desenvolvido com tanta dedicação. Em especial, agradeço àqueles que procuraram incentivar uma leitura crítica do mundo e me fizeram acreditar que eu seria capaz de modifica-lo.

Preciso agradecer à cidade de Franca pelo acolhimento, em especial à República Bamba e à Pensão Vilha, incluindo todos os seus moradores, muitos dos quais foram ótimas companhias ao longo do curso e me ajudaram a superar a saudade de casa. Agradeço ainda todos os meus colegas de sala que através do compartilhamento de seus conhecimentos contribuíram com a minha formação.

Também agradeço à Regina Lydia e Rita Valle, assistentes sociais, por me permitirem realizar o estágio obrigatório acompanhando suas práticas profissionais.

Raíssa Alexandra Brandão

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.”

(Karl Marx)

BRANDÃO, Raíssa Alexandra; COSTA, João Vitor Grizola. **O PAPEL SOCIOEDUCATIVO DO ASSISTENTE SOCIAL NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR.** 2022. 59 f. Trabalhos de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

RESUMO

Este trabalho objetivou investigar o papel do socioeducativo dos assistentes sociais, enquanto trabalhadores assalariados, na luta contra a violência intrafamiliar. O estudo está subsidiado na pesquisa bibliográfica a respeito do tema, a fim de compreender a atuação profissional inserida na divisão sociotécnica do trabalho, sua respectiva dimensão socioeducativa e a possibilidade dos assistentes sociais combaterem a violência intrafamiliar. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, por meio do método materialista histórico-dialético para obter, processar e validar os dados obtidos. A pesquisa bibliográfica, concomitantemente com a técnica investigativa da leitura, foi realizada através de obras em língua portuguesa como: livros, teses, dissertações e periódicos, preferencialmente A1, e artigos publicados nos principais eventos de Serviço Social. As obras foram pesquisadas de acordo com os temas correlatos ao objeto de estudo e com a opção por obras marxistas. Os resultados encontrados permitiram entender que o trabalho socioeducativo do assistente social na luta contra violência intrafamiliar pode impactar no âmbito individual e coletivo, a curto e longo prazo. Com este trabalho, além de fortalecer futuros estudos, visamos contribuir com a visibilidade da temática, visto que a luta contra violência intrafamiliar é um tema urgente a ser trabalhado com a população, uma vez que a afeta diretamente.

Palavras-chave: Violência Intrafamiliar; Serviço Social; Dimensão Socioeducativa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I - O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA SOCIEDADE CAPITALISTA BRASILEIRA	13
1.1 Capitalismo, questão social e gênese do Serviço Social	13
1.2 O desenvolvimento do serviço social brasileiro	17
1.3 Desafios e possibilidades da atuação profissional no Brasil	21
CAPÍTULO II – A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL	25
2.1 A construção da dimensão socioeducativa da profissão	25
2.2 Fatores fundamentais para uma ação educativa comprometida com a classe trabalhadora	29
2.3 A opção pela educação emancipatória e seus desafios	34
CAPÍTULO III – A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR	40
3.1 Diferentes tipos de violência intrafamiliar	40
3.2 Aspectos universais da violência intrafamiliar	44
3.3 A dimensão socioeducativa na luta contra a violência intrafamiliar	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

No presente trabalho temos como objetivo principal investigar o papel socioeducativo dos assistentes sociais na luta contra a violência intrafamiliar. Quanto aos objetivos específicos, buscamos: 1) Compreender o trabalho dos assistentes sociais na sociedade capitalista brasileira; 2) Conhecer as possibilidades da dimensão socioeducativa da profissão e sua construção sócio-histórica; 3) Investigar o papel socioeducativo dos assistentes sociais na luta contra a violência intrafamiliar.

A grande motivação para a pesquisa surgiu diante da experiência de estágio vivenciada ao longo do curso, na qual chamou a atenção de ambos os estudantes a interferência da violência intrafamiliar na vida dos indivíduos e das famílias. Acima de tudo, o campo de possibilidades que se apresenta aos profissionais no âmbito socioeducativo da profissão, quanto ao trabalho junto a esse tipo de violência que afeta negativamente a população, principalmente de crianças, mulheres, idosos, LGBTQI+ e pessoas com deficiência. Durante a experiência de estágio no equipamento da política de Assistência Social, na cidade de Franca – SP, ocorreu a participação e observação em orientações e acompanhamentos individuais e grupais, os quais permitem explorar a dimensão socioeducativa da profissão. Além disso, chamou atenção os rebatimentos da conjuntura político-econômica neoliberal nas experiências vivenciadas no período do estágio, como a crescente escassez de recursos, devido aos cortes nas políticas sociais, que muitas vezes impossibilitam outra intervenção do assistente social que não o trabalho socioeducativo.

Tais cortes em direitos sociais, portanto cortes que afetam políticas sociais, são a expressão do cenário neoliberal, no qual a cidadania é cerceada pela lógica do capital. Nesse cenário, direitos sociais são sacrificados em nome do mercado e da valorização do capital rentista. Os direitos sociais são tolerados e utilizados a favor do capital, mas retirados em momentos em que começam a se chocar com a ampliação dos lucros.

É nessa conjuntura que atuam os assistentes sociais e que se coloca a necessidade de contribuir para a luta contra toda violência direta e estrutural que advém da ordem capitalista. Uma vez que a violência é também uma resultante sócio-histórica e seu agravamento e naturalização são expressões da questão social, a qual é o grande objeto de intervenção da profissão. Nessa conjuntura também se coloca como um desafio aos assistentes sociais a adoção de uma abordagem socioeducativa que contribua para que os usuários se tornem conscientes das forças opressivas do sistema capitalista que dá a direção da sociedade atual.

Nesse sentido, o profissional se defronta com a necessidade de atuar com um tipo de educação que possibilite práticas mais críticas e democráticas, opostas a ações verticalizadas, em que só se considera o saber profissional e não se respeita o saber popular. Dessa forma, investigamos como a educação popular, emancipatória, pode desvelar a realidade social e contribuir com o desenvolvimento da capacidade crítica das classes subalternizadas, além de lutar pelo protagonismo dos sujeitos sociais almejando a transformação social no que diz respeito à violência intrafamiliar.

Também destacamos a necessidade de pontuar que a atuação profissão, em especial a dimensão socioeducativa, não se materializa de maneira neutra. Buscamos fazer uma recuperação sócio-histórica da profissão para compreender quais as razões que motivaram o seu surgimento, para que se entenda qual é o papel do assistente social na divisão sócio-técnica do trabalho e qual direção o profissional pode, e deve segundo seu Projeto Ético-Político, imprimir em seu trabalho valendo-se de sua relativa autonomia profissional. Uma vez que a dimensão socioeducativa pode adquirir um caráter emancipatório ou subalternizante.

Uma das grandes questões levantadas foi a respeito da condição assalariada dos assistentes sociais na luta contra a violência intrafamiliar e a necessidade de fugir de messianismos ou fatalismos. Como o profissional se equilibra entre demandas da classe trabalhadora e demandas institucionais? (Uma vez que também é classe trabalhadora e precisa manter seu sustento, mantendo-se em seu trabalho, que contraditoriamente pode ir na direção oposta dos interesses da classe trabalhadora).

Dessa forma, é essencial trazer à tona o debate a respeito do papel socioeducativo dos assistentes sociais, o qual também pode ser uma mediação importante para luta contra um problema real que se coloca na realidade de indivíduos, grupos e famílias, que é a realidade da violência intrafamiliar. Para isso é preciso entender como os assistentes sociais podem explorar a educação emancipatória nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, para construir junto aos usuários alternativas de entendimento e alteração de suas realidades, o que inclui a luta contra a violência intrafamiliar. E ainda, entender como construir estratégias anticapitalistas enquanto trabalhadores assalariados que estão envolvidos em suas correntes.

Quanto à metodologia empregada, a pesquisa qualitativa foi a forma mais coerente a ser utilizada, pois a pesquisa qualitativa desenvolve a teoria, possibilita narrativas ricas, seus elementos básicos são as palavras e as ideias, utiliza raciocínio dialético e indutivo, consegue descrever significados e descobertas, preocupa-se com a qualidade das informações e respostas e busca particularidades. (ZANELLA, 2013)

O método de procedimento utilizado como meio técnico da investigação foi o materialismo histórico dialético, que influenciou a obtenção, o processamento e a validação dos dados pertinentes à problemática que foi objeto da investigação. Esse método considera a atividade humana objetiva – trabalho – como elemento central de análise para os fenômenos humanos, colocando em destaque o trabalho social dos homens e as propriedades que adquire historicamente (MARTINS; LAVOURA, 2018, p.232). O método materialista histórico-dialético é importante para que se possa superar o imediatismo do pensamento e a aparência dos fenômenos:

O processo de conhecimento para o materialismo histórico-dialético não se dá por intermédio do imediatismo do pensamento. O conhecimento do real não pode se limitar àquilo que é imediatamente dado, pensado ou sentido. Se o pensamento se limita a isso, ele se põe no nível da obviedade, restringe-se a captar o evidente. Além disso, há que se considerar a efetiva distinção entre a aparência e a essência dos processos do real, como assinalou Marx (2008), ao afirmar que se a aparência das coisas se confundisse com sua essência, toda ciência seria supérflua. Dessa maneira é que se pressupõe um caminho de investigação de superação do nível empírico ao nível concreto do real, superação essa que só é possível – para esse método de pesquisa – por meio da análise e da abstração do pensamento do investigador (MARTINS; LAVOURA, 2018, p.226).

Quanto ao procedimento técnico, foi utilizada exclusivamente a pesquisa bibliográfica sobre a profissão dos assistentes sociais no capitalismo, sobre as possibilidades da dimensão socioeducativa da profissão e sua construção sócio-histórica e sobre o papel socioeducativo dos assistentes sociais na luta contra a violência intrafamiliar. A pesquisa foi feita através de obras em língua portuguesa como: livros, teses, dissertações e periódicos A1 e artigos publicados nos principais eventos de Serviço Social. As obras foram pesquisadas de acordo com os temas correlatos ao objeto de estudo e com a opção por obras marxistas.

A técnica utilizada para investigação foi a leitura, com o cuidado de seguir com a pesquisa por caminhos não aleatórios, mas com critérios claros e bem definidos, de forma que a pesquisa bibliográfica sirva “além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente.” (LIMA e MIOTO, 2007, p.44).

A respeito das dificuldades e facilidades encontradas, notamos uma grande facilidade para as pesquisas referentes à inserção dos assistentes sociais na divisão sócio-técnica do trabalho no capitalismo e referentes à dimensão socioeducativa da profissão e sua construção sócio-histórica. Entretanto, percebemos uma grande quantidade apenas de trabalhos que

abordam as particularidades da violência intrafamiliar de forma fragmentada. Quanto à abordagem da violência em seu caráter universal notamos a escassez de trabalhos.

Realizamos na presente pesquisa, um percurso metodológico que nos auxiliou com o entendimento da totalidade em relação a esse tema, entendendo suas raízes até chegar aos dias atuais. Para isso, no primeiro capítulo foi abordado um pouco sobre o capitalismo, a questão social e a gênese do Serviço Social. Percebemos a necessidade de abordar o atual sistema hegemônico como primeiro tópico, porque o entendimento do capitalismo e suas mazelas será essencial para que se entenda a violência intrafamiliar e compreenda a profissão e sua inserção na divisão sócio-técnica do trabalho. A necessidade de abordar a questão social, como segundo tópico, se deu pois iremos tratar o agravamento e a naturalização da violência intrafamiliar enquanto uma expressão da questão social. Além disso, a questão social é o grande objeto da profissão e está, portanto, diretamente relacionada com a dimensão socioeducativa da profissão. O terceiro tópico do terceiro capítulo, a gênese do Serviço Social, foi abordado, pois notamos a necessidade de evidenciar a razão de existir da profissão no capitalismo e entender o viés conservador e subalternizante da profissão.

No segundo capítulo abordamos mais especificamente a dimensão socioeducativa da profissão e suas possibilidades, que será essencial para o entendimento do papel socioeducativo do assistente social na luta contra a violência intrafamiliar. Para tanto, no primeiro tópico foi feita uma recuperação a respeito da construção histórica dessa dimensão, pois ela traz rebatimentos até os dias atuais. No segundo tópico, abordamos os fatores fundamentais para uma ação educativa comprometida com a classe trabalhadora, de forma a entender que o trabalho socioeducativo não é neutro e é necessário que os profissionais estejam atentos para que seja realizado um trabalho em uma perspectiva crítica. Este fator será essencial para a construção da luta contra a violência intrafamiliar. Já no terceiro e último tópico do capítulo, abordamos os desafios que a opção pela educação emancipatória traz aos profissionais.

No terceiro capítulo, em seu primeiro tópico, discorreremos sobre os diferentes tipos de violência intrafamiliar, em uma abordagem mais voltada aos seus aspectos particulares, perpassando pelo conceito de família. No segundo tópico deste capítulo abordamos os aspectos universais da violência intrafamiliar, compreendendo-a em seu caráter sócio-histórico. Já no último tópico, buscamos relacionar todo o conteúdo apresentado na tentativa de evidenciar a resposta a respeito de como a dimensão socioeducativa pode contribuir na luta contra a violência intrafamiliar.

CAPÍTULO I – O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA SOCIEDADE CAPITALISTA BRASILEIRA

Para que se entenda o trabalho dos assistentes sociais na sociedade capitalista é necessário que haja uma compreensão sobre o funcionamento do capitalismo e sobre a motivação do surgimento da profissão, que não se deu sem um porquê. Além disso, serão abordadas as particularidades da gênese da profissão no Brasil e quais os reatamentos na atuação profissional atualmente.

1.1 Capitalismo, Questão Social e Gênese do Serviço Social

Para entender mais sobre o capitalismo, é necessário evidenciar que ao contrário do que é comumente imaginado, capital não é mercadoria e dinheiro, estas são na verdade formas elementares do capital, um equívoco já denunciado por Marx. Capital é essencialmente uma relação social, mais especificamente “determinadas relações de produção social entre pessoas que se apresentam como relações entre coisas” (MARX, 1982). O que caracteriza o capital enquanto uma relação social é a personificação de coisas e coisificação de pessoas, inversão esta que também difere a forma de produção capitalista das anteriores (IAMAMOTO, 2008). Há no capitalismo uma dominação exercida pelo capital sobre o trabalho, portanto é um sistema marcado não só pela troca monetária, mas essencialmente pela dominação do processo de produção pelo capital. De maneira menos abstrata, um traço essencial desse sistema é a posse privada dos meios de produção por uma classe e a exploração da força de trabalho daqueles que não os detêm (MARTINELLI, 2003).

Ao entender esses traços do capitalismo é possível perceber que esse sistema não é inevitável, nem natural ou eterno, a característica que o define e o diferencia de uma simples sociedade de produção de mercadorias é o monopólio dos meios de produção por um pequeno grupo de pessoas, enquanto a maioria não pode produzir independentemente por não ter qualquer meio de produção. (IAMAMOTO, 2008).

Iamamoto (op. Cit.), realizando uma análise da obra de Marx, explica que o trabalho da sociedade capitalista encontra-se organizado por meio de produtores isolados, que são os proprietários privados – é essa forma de organização que torna possível a existência do valor. Este por sua vez é trabalho humano cristalizado, uma relação social. No capitalismo, uma mercadoria tem seu valor de uso – atende necessidades de outros, necessidades sociais- e seu valor de troca, que é sua capacidade de ser trocada em determinada proporção por qualquer outra mercadoria, sendo este tipo de valor indissociável do fetiche. O vínculo entre os

trabalhos de vários produtores isolados só aparece através da troca de suas mercadorias, que está intimamente relacionada com o valor e é realizada com a mediação do dinheiro.

No capitalismo, o trabalhador é livre para escolher morrer de fome ou vender sua força de trabalho (como uma mercadoria) e a classe dominante é determinada pela capacidade de expropriar a mais-valia dos produtores das mercadorias. A respeito da mais-valia, ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagá-la pelo seu valor, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de consumir ou usar a mercadoria comprada, servir-se dela ou fazê-la funcionar durante todo o dia ou toda a semana, atividade que tem naturalmente certos limites. O capitalista empregador, portanto, paga por determinada quantidade de trabalho para que o seu operário trabalhe além do necessário para recompor seu salário, ou o valor de sua força de trabalho. O operário terá que trabalhar mais horas do que seriam necessárias para recompor seu salário, a essas demais horas trabalhadas denomina-se sobretrabalho, que se traduzem em mais-valia e em um sobreproduto (MARX, 1982).

Na análise de Marx (op. Cit.), a aparência enganadora tomada pelo trabalho no capitalismo distingue o trabalho assalariado das outras formas históricas de trabalho. O trabalhador só recebe seu salário depois de realizar seu trabalho, ele então imagina que o valor ou preço da sua força de trabalho seja o valor ou preço do seu próprio trabalho. Ainda que o trabalho do operário apareça para ele como se todo trabalho tivesse remuneração correspondente, parte de seu trabalho fica sem remuneração e esse sobretrabalho é o fundo de que se forma a mais-valia. O capitalista vende não só o que lhe custou um equivalente, como também o que não lhe custou nada. O custo da mercadoria para o capitalista e o custo real da mercadoria são coisas inteiramente distintas, portanto, ele obtém o lucro na produção e não é necessário para lucrar vender a mercadoria por um valor mais alto do que ela possui, mas sim pelo seu próprio valor.

Ainda segundo a análise de Marx (1982), para que a força de trabalho seja mercadoria ela depende de duas condições: aquele que dispõe de sua força de trabalho como mercadoria precisa ser um trabalhador livre, que não possua qualquer outra mercadoria para vender e lhe falte tudo o que é necessário para a realização de seu trabalho. O trabalhador vende como mercadoria o seu trabalho em potencial e o valor da força de trabalho é igual ao valor de subsistência da família do trabalhador. Para o capitalista os salários são apenas outra despesa da produção a ser acrescentada aos custos das matérias-primas e das máquinas no cálculo do lucro. O trabalho torna-se, portanto, mera mercadoria a ser comprada, desde que se possa ter lucro.

O processo social de produção é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução. Sendo que o processo de produção do capital é seu processo de trabalho e de valorização, já o processo de reprodução abrange tanto esse processo direto de produção, quanto a fase de circulação (compra e venda), isto é, seu ciclo periódico, que se repete sempre e de novo e constitui a rotação do capital. Dessa forma, o produto da produção capitalista não é só a mais-valia, mas é o próprio capital como relação social, que se produz e reproduz em nível ampliado. Em termos menos abstratos, o trabalho explorado do trabalhador produz e reproduz a riqueza acumulada alheia que o domina, ao mesmo tempo em que desenvolve sua pobreza, sujeição e indignidade subjetiva. Sendo resultados simultâneos o esvaziamento do trabalhador e a plenitude do capital (IAMAMOTO, 2008).

Iamamoto (op. Cit.) ao analisar a obra de Marx, explica que a compra e venda da força de trabalho, considerada como mercadoria, é a forma mediadora de subjugar o trabalhador ao capital. Ou seja, tomando aparência de mera transação monetária, a compra e venda da força de trabalho é em sua essência uma relação de dependência permanente. Desse processo resulta a reprodução das contradições de classes e da consciência alienada, que permite essa mesma reprodução em níveis crescentes. No capitalismo, o processo de valorização determina o processo de trabalho, de forma que os meios de produção não se colocam a serviço da atividade criadora do trabalhador, uma vez que este é um meio para conservar o valor e aumentá-lo. Isso gera uma degradação e uma total desumanização da classe trabalhadora, inibindo o desenvolvimento pessoal do homem e transformando-o em uma mercadoria estranha às atividades que sustentam a sua vida.

Portanto, segundo a mesma autora, uma vez que o capital se faz totalidade produz mercadorias e classes sociais, ou seja, relações sociais desiguais. Assim, ao mesmo tempo em que o capital produz riqueza, produz também miséria, essa contradição é a raiz da produção e reprodução daquilo que foi denominado de *questão social*. Importante ressaltar que essa denominação é estranha ao universo de Marx, tendo sido cunhada por volta de 1830 no marco do reformismo conservador, sob o ângulo do poder, vista como a ameaça que a luta de classes representava à ordem instituída. Entretanto, os processos sociais que a questão social traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre as classes sociais e suas lutas na sociedade capitalista.

A questão social não é um fenômeno recente, trata-se de uma única e velha questão social inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, mas que na contemporaneidade se reproduz sob novas mediações históricas e, ao mesmo tempo, assume inéditas expressões. Sua gênese na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção

contraposto à apropriação privada do trabalho. A questão social condensa o conjunto de desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, expressando uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários. A configuração histórica da questão social depende da situação objetiva das classes trabalhadoras situada ante as mudanças no modo de produzir e apropriar o trabalho excedente. Além disso, sua configuração depende também da capacidade de luta e organização das classes exploradas na defesa de seus interesses (IAMAMOTO, 2008).

Iamamoto (2008), explica ainda que há uma grande diferença entre a “questão social” e a “exclusão social”, a questão social é mais do que as expressões da pobreza, miséria e “exclusão”. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social e dos sujeitos que o realizam. A noção de “exclusão social” se relaciona com o ponto de vista da economia burguesa que considera históricas as relações de distribuição e não as relações de produção, que são naturalizadas. A “exclusão social” focaliza tão somente os efeitos de processos que atravessam o conjunto da sociedade, a luta contra a “exclusão” pretende a inclusão perversa, daqueles para os quais só há lugares residuais na sociedade. Portanto, o discurso em nome dos excluídos resolve-se no horizonte da integração na sociedade que os exclui, na reprodução ampliada da mesma. Enquanto que a noção de “questão social” envolve um projeto anticapitalista.

Historicamente o surgimento do Serviço Social, que se deu na Europa no início do século XX, se relaciona com as peculiaridades da questão social na sociedade burguesa madura, fundada na ordem monopólica. Esse período é quando o Estado passa a administrar as expressões da questão social por meio de políticas sociais, uma vez que a contradição entre burguesia e proletariado passou a exigir outros tipos de intervenção além da caridade e da repressão. O Estado estabelece não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas começa a gerir a organização e a prestação de serviços sociais. (IAMAMOTO, 2008).

Dessa forma, segundo Iamamoto (op. Cit.), a profissionalização do Serviço Social não pode ser creditada nem à “cientifização ou aperfeiçoamento técnico da filantropia”, nem a mera incorporação das tradicionais formas de ajuda pelo Estado, como meio de controle aos pobres. A profissionalização do Serviço Social pressupõe a expansão da produção e de relações sociais capitalistas, impulsionadas pela industrialização e urbanização, que trazem no seu verso a questão social. É quando o Estado amplia-se e passa a administrar e gerir conflitos de classe não apenas via coerção, mas buscando construir um consenso favorável ao funcionamento da sociedade.

A origem da profissão está atrelada a uma perspectiva conservadora, porque se originou como profissão da prática como resposta conservadora às expressões da questão social com a finalidade de assegurar a integração da classe trabalhadora na economia mercantil e de administrar uma política de manutenção da ordem do capital. Além disso, a profissão surge como subalterna às Ciências Sociais, sustentando-se nas suas elaborações mais conservadoras, estando avessa a formulações teóricas e à produção de conhecimento. A gênese da profissão é marcada por sua característica conservadora e técnico-operativa. (NETTO, 2009).

O Serviço Social não se inscreve predominantemente entre atividades de criação de produto e valor, mas sim no contexto referente às condições e situação de vida da classe trabalhadora, encontrando-se integrado ao processo de criação das condições indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho, à extração de mais-valia. Insere-se, portanto, na gama de atividades que não são preferencial e diretamente produtivas, mas que são necessárias ao movimento do capital. É uma atividade cujo significado econômico está subordinado ao seu caráter político determinante. (IAMAMOTO, 2008).

Como explica Iamamoto (2008), é na tensão entre re-produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência que atuam os assistentes sociais, situados em um terreno movido por interesses sociais distintos e antagônicos. O Serviço social tem na questão social a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho e os assistentes sociais, por meio da prestação de serviços sócio-assistenciais – indissociáveis de uma dimensão educativa (ou político-ideológica) – realizados nas instituições públicas e organizações privadas, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às variadas expressões da questão social, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta pela moradia, na saúde, na assistência social pública, entre outras dimensões.

1.2 O Desenvolvimento do Serviço Social Brasileiro

No Brasil é no momento em que se consolida a hegemonia do capital industrial que emerge, sob novas formas, a questão social, a qual se torna base de justificação para o surgimento do Serviço Social na década de 30 do século XX, momento em que o Estado passa a administrar as expressões da questão social (IAMAMOTO, 2008). A profissão surge de uma demanda posta pelo capital, como um recurso mobilizado pelo Estado e pelo empresariado, mas com um suporte de uma prática cristã ligada à Igreja Católica, a qual ficou responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros

assistentes sociais brasileiros. Assim, a questão social passa a ser encarada sob o pensamento social da Igreja, que a trata como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos. É, portanto, um enfoque individualista, psicologizante e moralizador da questão social com um enfrentamento através de uma pedagogia psicossocial (PIANA, 2009).

Ainda segundo Piana (2009), com essa ótica psicologizante e de individualização dos problemas sociais, as primeiras escolas brasileiras de Serviço Social organizaram-se sob forte influência europeia franco-belga, inspiradas na doutrina social católica (tomismo) e na tradição positivista, tendo como base princípios messiânicos de salvar o corpo e a alma e fundamentando-se no propósito de “servir ao outro”.

Nesse período, o Estado Novo visava sua legitimação e a garantia do controle social, apoiando-se na classe operária por meio de uma política de massa, capaz de reprimir e “defender” movimentos reivindicatórios. As diretrizes assumidas pelo governo Vargas se traduziam em uma versão atenuada do modelo fascista europeu, se estendendo desde uma legislação social protetora até uma estrutura sindical, concedendo direito potencial de reivindicação e cidadania, mas subtraindo a possibilidade de uma organização política autônoma. Tratava-se de um aparato institucional assistencial que atendia muito mais ao mercado que às necessidades da população. A implementação de tais ações governamentais de Vargas acontecem no momento em que a proposta de institucionalização do Serviço Social começa a existir (PIANA, 2009).

Piana (op. Cit.), explica que a partir da década de 40, junto à implementação de grandes instituições assistenciais abre-se um novo horizonte no campo da profissionalização da assistência. Nesse quadro, o Serviço Social busca uma instrumentalização técnica, desvinculando-se dos princípios neotomistas para se orientar pelos pressupostos funcionalistas da sociologia e assim poder responder às novas exigências colocadas pelo mercado. Nesse processo de sua institucionalização e legitimação, o Serviço Social desvencilha suas origens da Igreja, mas não supera seu caráter conservador. O desenvolvimento do capitalismo e a inserção da classe operária no cenário político da época criam o fundamento necessário à institucionalização da profissão, que através do atendimento a população respondia demandas apresentadas pelo setor patronal e pelo Estado. Nesse momento histórico, um grande número de trabalhadores começa a ter acesso às incipientes políticas sociais criadas pelo Estado, além disso, o Estado e o empresariado passam a ser os grandes empregadores de Assistentes Sociais, dando um contorno diferente ao exercício profissional.

Segundo a mesma autora, no período inicial da existência do Serviço Social brasileiro, o componente técnico-operativo incorporava formas tradicionais de assistência social e da própria ação social, tais como: estudo das necessidades individuais, triagem dos problemas, concessão de ajuda material, aconselhamentos, inserção no mercado de trabalho, triagem, visitas domiciliares, encaminhamentos, aulas de tricô e outros trabalhos manuais, atividades voltadas à educação ou a orientação sobre moral, higiene, orçamento, entre outros. Neste período estavam em evidência os métodos importados dos Estados Unidos, Serviço Social de Caso e Serviço Social de Grupo (menos expressivo), cujo enfoque de ambos era a solução de problemas pessoais, de relacionamento e de socialização. A era Vargas estreitou a relação entre Brasil e Estados Unidos, cujo principal objetivo era fortalecer o capitalismo na América Latina e combater o comunismo. Neste movimento, a América do Norte passa a ser o novo “protótipo” de ideias, uma referência de ações, especialmente na esfera das políticas públicas.

Ainda segundo Piana (2009), na década de 1960, o mundo passa por grandes transformações, especialmente na América Latina com a Revolução Cubana, mostrando-se ao continente como uma alternativa de desenvolvimento, libertando-se dos Estados Unidos. É um momento de inconformismo popular, essa agitação política é acompanhada pelas reflexões e pela inquietação das ciências sociais que, por meio da introdução do marxismo, começam a questionar a dependência externa, especialmente norte-americana. Essa crise não poderia deixar de atingir as Universidades e o Serviço Social, que começa a questionar sua ação. Nesse momento, o Serviço Social começa a perceber a dimensão política de sua prática e o modelo baseado na visão funcionalista do indivíduo e com funções integradoras não é mais de interesse da realidade latino-americana. Tem início um processo de ruptura teórico-metodológico, prático e ideológico, a profissão começa a buscar uma concepção crítica e um vínculo com a classe trabalhadora. Assim, na vigência da Ditadura Militar é que o Serviço Social vai passar por um processo de renovação que mudará de forma significativa sua base teórico-conceitual.

Esse período da Ditadura Militar, principalmente depois do Ato Institucional nº5, trouxe elementos importantes nos rumos tomados pelo processo de renovação do Serviço Social. Busca-se romper com a alienação ideológica ao qual o Serviço Social estava submetido, para tanto uma nova proposta teórico-ideológica deveria alicerçar o ensino da profissão, originando uma prática não assistencialista, mas transformadora, comprometida com as classes populares. É ainda no momento de vigência da Ditadura Militar (1964-85) que adota-se o modelo filosófico elaborado por Karl Marx, o chamado materialismo Histórico-Dialético, que passa a embasar o referencial teórico-metodológico. Esse é, portanto, o marco

de quando o pensamento de raiz marxiana deixa de ser estranho ao universo profissional. Nesse modelo, o referencial teórico-científico é o Materialismo Histórico e o referencial filosófico é a Lógica Dialética. O Materialismo Histórico situa a sociedade determinada historicamente e em constante transformação, dividida em classes sociais distintas: os detentores do capital e do lucro; e a classe trabalhadora que dispõe da força de trabalho vendida por um ínfimo salário, não garantindo condições dignas de sobrevivência. A Lógica Dialética, por sua vez, estuda as relações que envolvem homem e sociedade, afirmando que nesta interação há uma constante transformação (PIANA, 2009).

Entretanto, segundo Piana (2009), o modelo filosófico de Marx não foi incorporado ao Serviço Social instantaneamente, o processo de renovação do Serviço Social foi marcado por três vertentes relevantes: a *tendência modernizadora*, a *reatualização do conservadorismo* e a *intenção de ruptura*. A vertente modernizadora teve hegemonia até os anos 70, iniciada no Seminário de Araxá em 1967 e se consolidando no Seminário de Teresópolis em 1970, buscando modernizar o Serviço Social a partir da mesma razão instrumental vigente na profissão (neopositivismo), revisando métodos e técnicas. A reatualização do conservadorismo buscou desenvolver procedimentos diferenciados para a ação profissional, a partir do referencial fenomenológico. Essa é a vertente que recupera o que há de mais conservador na herança profissional, com um enfoque psicologizante das relações sociais. Já a intenção de ruptura, por sua vez, foi a marxista, presente nos anos 80, ela remeteu a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes, fazendo emergir debates e questionamentos não apenas que diziam respeito ao Serviço Social em si, mas sobre a totalidade da realidade. Entretanto, essa vertente relacionava-se à visão reducionista e equivocada do marxismo presente no marxismo althusseriano - Louis Althusser.

Apesar disso, é ainda nos anos 80 que a teoria marxiana inicia sua efetiva interlocução com a profissão. Outras estratégias também passam a compor a prática profissional: educação popular, assessoria e setores populares, investigação e ação e principalmente a redefinição da prática da Assistência Social. É esse referencial marxista que irá imprimir direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no Brasil e permeará as ações voltadas à formação de assistentes sociais na sociedade brasileira; os eventos em geral; e estará presente na regulamentação legal do exercício profissional e em seu Código de Ética. Com essa base, o Serviço Social foi construindo seu projeto ético-político que possibilita uma nova perspectiva em sua dimensão interventiva (PIANA, 2009).

As interpretações de caráter histórico-crítico foram assumindo uma hegemonia no debate acadêmico-profissional brasileiro, a partir da década de 80, com isso foi sendo construída uma

nova face para o Serviço Social, distinta da herança de suas origens, no campo da produção teórica e do exercício profissional. Isso fez com que a profissão incorporasse os interesses e necessidades dos segmentos populacionais subalternizados, os quais são alvo dos serviços prestados pelos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2008).

1.3 Desafios e Possibilidades da Atuação Profissional no Brasil

Para que se entenda a profissão, é necessário fazer sua identificação na divisão social e técnica do trabalho e realizar sua análise sem descaracterizar o trabalho dos assistentes sociais em sua unidade contraditória de trabalho concreto e trabalho abstrato, enquanto realizado por meio de um assalariamento alienante (RAICHELIS, 2011). É necessário, ainda, compreender as tensões impressas nessa realidade contraditória, na qual o trabalho do assistente social se insere, principalmente, compreender a tensão entre um projeto profissional contra-hegemônico e a realidade na qual ele está inserido, um projeto societário de viés neoliberal, conservador e alienante.

A conjuntura atual na qual se inscreve a atividade profissional é o neoliberalismo, que imprime nas políticas implantadas um foco de favorecer a esfera financeira e o grande capital produtivo, visando a concentração de renda, gerando um aumento da pobreza, não só dentro da periferia. Com isso, a necessidade de um financiamento externo cresce, juntamente com a dívida externa e interna e os pagamentos de juros, que geram uma especulação financeira. Por conta disso, há um aumento dos investimentos especulativos, em detrimento da geração de empregos, e ainda, um aumento significativo nas desigualdades sociais e uma regressão das políticas sociais públicas. O aumento dessas desigualdades é reforçado com políticas tributárias regressivas, nas quais a arrecadação fiscal é maior sobre as menores rendas, fazendo com que a população com menor poder aquisitivo pague essa conta, na qual os lucros do Estado são privatizados e os custos socializados, aumentando ainda mais a distância entre os pobres e os ricos. (CEOLIN, 2014).

O neoconservadorismo presente na atual conjuntura reproduz um modo de ser fundado em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes. Na sociedade brasileira, ele se manifesta como um modo de ser mantido pelas nossas elites, com seu racismo, seu preconceito de classe, seu horror ao comunismo. Em vista disso, ele se apresenta, então, como uma forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, desejando uma sociedade sem restrições ao capital, colocando o Estado com uma função de repressor violento a todos e tudo que contesta

à ordem social e aos costumes vigentes. Sendo o Brasil um país de economia capitalista tardia, o neoconservadorismo se disseminou principalmente desde a década de 1990 com a consolidação do neoliberalismo, o anti-humanismo, o individualismo. Desvaloriza a verdade objetiva, dissimulando as contradições sociais e naturalizando suas consequências. O neoconservadorismo viu na sociedade brasileira um povo já marcado pela violência e pelo medo social. (BARROCO, 2015).

O pensamento disseminado pelo neoconservadorismo conduz a sociedade a pensar que as crises sociais e as expressões da questão social são consequências de uma desagregação social. Por isso, devem ser tratadas como caso de polícia e enfrentadas com estratégias de guerras permanentes. Além disso, são concebidas como um “mal necessário”, apresentadas para o resto da sociedade como a construção de uma nova sociedade, como novas hierarquias morais, simplificando o universo social como uma luta entre os “fortes e fracos”:

Essa guerra não declarada tem nome e endereço; atinge de formas variadas os jovens da periferia, os negros, as mulheres, os moradores de rua, os trabalhadores pobres, os grupos “fora” da ordem, da lei, dos costumes, do mercado de trabalho, do consumo, do pensamento dominante. (BARROCO, 2015, p. 628).

É necessário analisar a profissão, seus desafios e possibilidades, nessa conjuntura entendendo que a força de trabalho é uma mercadoria que possui um valor de uso, por responder uma necessidade social e um valor de troca expresso no salário. A condição assalariada envolve a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas, que estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza, estabelecendo ainda os limites e as possibilidades do fazer profissional. (IAMAMOTO, 2008).

Contraditoriamente, enquanto profissional liberal, o assistente social dispõe de relativa autonomia (respaldada em estatutos legais e éticos, com força de lei, judicialmente reclamáveis), que precisa ser potenciada mediante um projeto profissional coletivo. Ainda de acordo com Iamamoto (op.Cit.), a relativa autonomia profissional se expressará de modo particular, nos diferentes espaços ocupacionais. Isso porque as relações estabelecidas entre o assistente social e o sujeito social contratante vão interferir no significado social do trabalho profissional. Em decorrência disso, o trabalho do assistente social será impregnado de dilemas da alienação e determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores:

(...) Como os empregadores detêm recursos financeiros, materiais e humanos que respaldam a realização das ações profissionais, estabelecem critérios de

prioridade e recortam as expressões da questão social e os sujeitos que as portam como público alvo da prestação de serviços profissionais. Os empregadores interferem, ainda, na definição de cargos e salários, jornada critérios de produtividade a serem observados, que esbatem na dinâmica técnico-operativa do trabalho, estabelecendo limites e possibilidades à efetivação de um projeto profissional coletivo e agregando um conjunto de particularidades na forma de sua implementação. (IAMAMOTO, 2008, p.218).

Na análise dos desafios e possibilidades aos assistentes sociais, ainda segundo a mesma autora, é essencial que se diga que enquanto trabalhador assalariado, o assistente social também se insere na conjuntura de agravamento da questão social, em um contexto em que há um interesse dos empresários capitalistas em extrair uma maior quantidade de trabalho de uma menor parcela de trabalhadores já empregados – via intensificação do trabalho, criando a figura do trabalhador polivalente. Esse processo faz com que o trabalho excedente dos segmentos ocupados condene à ociosidade socialmente forçada amplos contingentes de trabalhadores aptos ao trabalho, formando assim um exército de reserva ou mesmo uma parcela estagnada de trabalhadores ativos com ocupações irregulares ou eventuais.

Ao pensar a burocracia relacionada ao Serviço social, é necessário ressaltar que ainda que sirva de direcionamento, muitas vezes é o limite da execução do profissional. As normas limitam a subjetividade, colocando diversas realidades em um esquema fechado. Marx desde o século XIX analisa a burocracia e para quem são seus interesses de assegurar direitos, pois ela existe dentro dessa hierarquização pelos interesses do capital. Deve haver uma desburocratização e socialização de informações para todos, que se for realizada em uma perspectiva reflexiva e crítica pode contribuir para o processo reflexivo dos usuários.

Pensar o trabalho do assistente social é, portanto, pensar em uma dupla dimensão: condições macrossocietárias e as respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnicas dos agentes profissionais. O principal fruto da organização social da categoria é o projeto profissional, materializado no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei n. 8.662/93) e na proposta das Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social (ABEPSS, 1996; MEC-SESu/CONESS, 1999). É importante ressaltar que, segundo Iamamoto (2008), esse não é um projeto profissional construído a partir de interesses específicos e imediatos desse grupo profissional, apenas para obtenção de legitimidade e status no mercado de trabalho e na sociedade em geral. É, na verdade, um projeto profissional dotado de caráter ético-político, impregnado de interesses da coletividade.

Segundo Iamamoto (2008), a arena sócio-histórica circunscreve o trabalho do

assistente social na atualidade, estabelecendo os limites e possibilidades para a plena realização do projeto profissional. A alteração dos espaços ocupacionais, enquanto resultantes históricos, altera também o fazer profissional. No projeto societário atual, capitalista, neoliberal e conservador, o tipo de resposta profissional que é alimentada é a imediatista e errática. Nesse sentido, o maior desafio profissional é transformar o projeto profissional em um guia efetivo para o exercício profissional e tornar sua implementação efetiva. Além disso, como coloca Yazbek (2001), se coloca como um grande desafio demonstrar no tempo curto do trabalho cotidiano, em meio a situações singulares, a viabilidade da direção social expressa no projeto do Serviço Social brasileiro.

Considerando a história da profissão e a atual conjuntura na qual ela se inscreve, é importante apontar para o grande desafio que se coloca no fazer profissional, de romper as unilateralidades presentes nas leituras do trabalho do assistente social com vieses ora fatalistas, ora messiânicos, que superestimam a força lógica do comando do capital no processo de (re)produção, submergindo a possibilidade dos sujeitos de atribuírem direção às suas atividades ou tendem a silenciar ou subestimar os determinantes histórico-estruturais objetivos que atravessam o exercício profissional, deslocando a ênfase para a vontade política do coletivo profissional, que passe a ser superestimada, correndo o risco de diluir a profissionalização na militância *stricto sensu* (IAMAMOTO, 2008).

CAPÍTULO II – A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL

Para que se compreendam as possibilidades da dimensão socioeducativa da profissão é necessário entender como e em qual contexto histórico essa dimensão foi construída. Além de compreender também quais são os fatores fundamentais para uma ação educativa comprometida com a classe trabalhadora e quais desafios se colocam para o fazer profissional nesse sentido.

2.1 A construção da dimensão socioeducativa da profissão

Como foi abordado no capítulo anterior, o Serviço Social surge como resposta conservadora às expressões da questão social com a finalidade de assegurar a integração da classe trabalhadora na economia mercantil e de administrar uma política de manutenção da ordem do capital. É de suma relevância compreender tal gênese ao refletir a respeito da dimensão socioeducativa da profissão, que também tem sua origem atrelada a essa estrutura:

Historicamente, as práticas educativas desenvolvidas pelos assistentes sociais vinculam-se, predominantemente, à necessidade de controle exercido pelas classes dominantes, quanto à obtenção da adesão e do consentimento do conjunto da sociedade aos processos de produção e reprodução social consubstanciados na exploração econômica e na dominação político-ideológica sobre o trabalho. (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 1).

Portanto, o caráter educativo da profissão, que não se dá de maneira neutra, será atingido pela realidade concreta na qual está inserido e pela relativa autonomia do profissional. As funções pedagógicas desempenhadas pelo assistente social inserem-se no campo das atividades educativas formadora da cultura (modo de pensar, sentir e agir – também entendido como sociabilidade) (ABREU; CARDOSO, 2009).

A esse respeito, é necessário evidenciar que Gramsci, com sua contribuição para a renovação do marxismo, explicita que a sociedade possui sua base econômica (estrutura), porém é na base ético-política (superestrutura) que se resolvem as contradições, em uma relação dialética de estrutura e superestrutura e não em uma hierarquia de uma sobre a outra. Para Gramsci, a sociedade civil possui função de hegemonia (capacidade de direção e dominação política, moral, cultural e ideológica). Além disso, existem 3 grupos sociais no bloco histórico: a classe que dirige o sistema hegemônico; grupos auxiliares que servem de base para a hegemonia; e os excluídos do sistema hegemônico. (MACHADO, 2012).

Sobre a relação da hegemonia para Gramsci com as mudanças na sociedade, Cardoso e Lopes explicam:

No pensamento gramsciano, a questão da hegemonia é central em relação às possibilidades das classes subalternas se tornarem protagonistas históricas, dotadas de vontade coletiva própria; e a constituição da ideologia das classes subalternas é uma condição essencial, porém não suficiente para a conquista da hegemonia dessas classes, na medida em que conseguem romper com a dominação ideológica das classes adversárias. Esse rompimento não se efetiva independentemente das transformações econômicas, mas não há, por outro lado, uma dependência absoluta dessas transformações. A organização e a consciência de classe são condições indispensáveis para essa conquista política, pelas classes subalternas. (CARDOSO; LOPES, 2009, p.12).

Segundo Abreu e Cardoso (2009), é somente com a consolidação, nos anos de 1980 e 1990, do projeto ético-político profissional que se evidencia no contexto brasileiro a construção de práticas educativas comprometidas com a perspectiva societária das classes subalternas/ excluídas do sistema hegemônico. Sobre o comprometimento das práticas educativas do Serviço Social, as autoras evidenciam:

(...) A função pedagógica desempenhada pelos assistentes sociais na sociedade brasileira, ao longo da sua trajetória histórica, define-se a partir de estratégias educativas postas na luta de classes, em que podemos distinguir: a) as estratégias educativas subalternizantes, vinculadas à necessidade de reprodução das relações de dominação e exploração do capital sobre o trabalho e o conjunto da sociedade; b) as estratégias educativas emancipatórias, vinculadas à necessidade histórica de construção de uma alternativa societária à ordem do capital. (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 4).

A respeito da prática educativa subalternizante, existem dois eixos definidores da mesma no Serviço Social brasileiro: a ajuda e a participação. A ajuda refere-se a um tratamento prolongado e intensivo centrado no desenvolvimento da personalidade, com vistas na capacitação do indivíduo para o ajustamento ao mundo que o cerca; é o eixo que marca desde a institucionalização da profissão nos EUA podendo ser identificado até os dias atuais. A “ajuda psicossocial individualizada” foi difundida para outros países periféricos e centrais, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial e posteriormente se desdobrou nas modalidades “serviço social de grupo” e “serviço social de comunidade”. A participação, por sua vez, é o eixo relativo aos países periféricos como o Brasil, ela foi intensificada no projeto desenvolvimentista, nos anos 1950 e 1960, fazendo referência à integração social aos programas de desenvolvimento, além de reafirmar a ajuda psicossocial. Ambos os eixos,

portanto, fazem parte da estratégia educativa subalternizante, que respondem à necessidade de ideologização da assistência aos pobres (ABREU; CARDOSO, 2009).

Segundo Abreu e Cardoso (2009), a ajuda psicossocial e a participação consolidam-se, dessa forma, como perfis pedagógicos da prática profissional e nesse contexto os processos de mobilização e organização afirmaram-se como desdobramentos das propostas de Desenvolvimento de Comunidade (DC), que contraditoriamente contribuíram para a redefinição profissional, com vistas na vinculação aos interesses e lutas populares, em que a participação popular coloca-se como elemento estratégico.

Para além das estratégias educativas subalternizantes, há a estratégia educativa emancipatória vinculada à necessidade histórica de construção de uma alternativa societária à ordem do capital. (ABREU; CARDOSO, 2009). Nesse sentido, a educação popular freiriana está de acordo com a estratégia emancipatória e teve importante vinculação com o Serviço Social brasileiro. A educação popular é um paradigma educativo sistematizado por Paulo Freire, que visa contribuir com o processo de conscientização (a respeito da condição social e econômica) e mobilização das classes subalternas, com base ética e política voltada para a transformação social, estimulando a luta coletiva pela emancipação humana. Ela é democrática e jamais separa do ensino do conteúdo o desvelamento da realidade. Além disso, procura ir além de relações autoritárias entre educador e educando e também critica a natureza autoritária e exploradora do capitalismo (MACHADO, 2012).

Ainda segundo Machado (2012), não existe uma receita pronta para definir a prática da educação popular, mas há alguns elementos que a constituem, dentre alguns dos que são necessários para a hegemonia da classe subalterna estão: práxis (é a ação transformadora, que precisa da reflexão/da teoria, com vistas à transformação radical da sociedade, transcendendo a prática individual); diálogo (é um momento de troca e aprofundamento, para isso é necessário humildade para haver respeito aos saberes das classes populares); conhecimento popular (é o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação); participação (se relaciona com a possibilidade da construção de uma cultura política capaz de conferir visibilidade aos grupos sociais tradicionalmente excluídos); hegemonia (se relaciona com a possibilidade de levar a classe subalterna a tornar-se dirigente, de modo que ela saiba indicar, de maneira concreta, a solução para os problemas da coletividade e, além disso, possuir uma concepção de mundo que conquiste novos adeptos); e conscientização (é um ato de conhecimento; é um desvelamento da realidade). A consciência crítica, a qual é essencial para a educação popular, é a ultrapassagem da forma cotidiana de abordagem do mundo, na qual se busca não apenas o desvelamento, mas também a transformação da realidade.

A respeito do seu surgimento, as raízes da educação popular são genuinamente brasileiras e emergiram no contexto do Nacional Desenvolvimentismo (1930-64), de forma mais consubstancial no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-61), visto que esse período de transição do capitalismo competitivo para o monopolista foi marcado pela ênfase do nacionalismo, debate acerca de uma identidade cultural e por uma busca pela democratização da cultura. As atividades educativas dessa época dividem-se em três grupos: alfabetização, educação de base e cultura popular. As duas primeiras estavam vinculadas à transmissão do saber compatível com o progresso, relacionadas à insuficiência do ensino formal. Já a cultura popular esteve, desde o início, voltada à afirmação de uma cultura verdadeiramente nacional e à democratização da cultura através da valorização da expressão cultural e política das camadas populares. Nesse contexto, em meio aos movimentos educativos voltados para a hegemonia dos setores populares do início dos anos de 1960 - um terreno fértil das utopias de independência, autonomia e libertação - é que nasce a educação popular sistematizada por Paulo Freire (MACHADO, 2012).

Ao abordar, mais especificamente, a vinculação histórica da Educação Popular ao Serviço Social, percebe-se que a influência do pensamento de Paulo Freire e da Educação Popular no Serviço Social se deu ainda nas décadas de 1960 e 70, com o Movimento de Reconceituação da profissão, mais precisamente no “Método de BH”. Foi quando seus formuladores consideraram que o objeto da atuação profissional era a “ação social da classe oprimida” e seu objetivo fim era a “transformação da sociedade e do homem”. Um equívoco, pois a transformação da sociedade advém da luta de classes, e não da luta de uma profissão. Também equivocadamente se deu a interpretação dos formuladores a Paulo Freire, pois desde aquela época a perspectiva de Freire já afirmava que o educador pode estimular a consciência crítica e o desvelamento da realidade, mas não pode se responsabilizar pela ação do educando. Entretanto, tal equívoco criou base fundamental para pensar a profissão sob a lente de correntes marxistas. Já na década de 80 houve debates importantes na profissão a respeito da educação popular. Na década seguinte, o tema perdeu espaço nos debates acadêmicos, algo que vem sendo retomado a passos curtos desde então (MACHADO; SILVA; TOLENTINO, 2019).

Nesse sentido, é importante ressaltar que existem equívocos que surgiram na relação entre educação popular e o Serviço Social que devem ser pontuados: a respeito da natureza da profissão ser a ação social da classe oprimida (e não a questão social e suas variadas expressões); o equívoco de supor que a verdade reside no saber da população (e não que o

saber popular deva ser respeitado para ser superado); e o equívoco de responsabilizar totalmente o educador pela transformação da sociedade.

Entretanto, é inegável que a metodologia da educação popular tem grande contribuição para a prática profissional, possibilitando práticas mais críticas e democráticas (voltadas para a mobilização e a organização popular), opostas a ações verticalizadas, em que só se considera o saber do profissional, restando ao seu público-alvo o mero papel de espectador. A educação popular se coloca na sociedade capitalista como um “nadar contra a correnteza” e dessa forma converge com os princípios do Projeto Ético-Político (MACHADO, 2012).

Em face da prevalência da ideologia neoliberal, a partir dos anos de 1990 houve uma tendência nos espaços institucionais de redirecionamento da perspectiva de mobilização e organização social, do horizonte da emancipação humana para o horizonte da subalternidade, como explicam Cardoso e Lopes:

A partir de 1990, principalmente nos espaços institucionais que operam as políticas sociais, uma forte tendência é o redirecionamento da perspectiva de mobilização social e organização, no horizonte da emancipação humana, para o horizonte de subalternidade, buscando a legitimação pelas classes subalternas, do atual padrão de política social sob a égide do neoliberalismo. A política neoliberal privilegia a mercantilização das políticas sociais, transferindo para o setor privado as obrigações do Estado quanto às políticas públicas, em detrimento do atendimento às necessidades como direito; e investe na cooptação das organizações e lutas da classe trabalhadora por meio da intensificação de programas eminentemente assistencialistas, mas que atendem, mesmo precariamente, às necessidades prementes das classes subalternas. (CARDOSO; LOPES, 2009, p. 10).

Ainda segundo Cardoso e Lopes (2009), o trabalho profissional pode assumir a direção político-ideológica de emancipação humana das classes subalternas ou a subalternização das mesmas pelos setores dominantes. A prevalência da ideologia neoliberal explicita o caráter contraditório do trabalho dos assistentes sociais, cuja história está atrelada de maneira orgânica pela história da sociedade em que se insere a profissão, sendo determinada por suas contradições. Observa-se, portanto, projetos profissionais e projetos societários diferenciados disputando a hegemonia.

2.2 Fatores fundamentais para uma ação educativa comprometida com a classe trabalhadora

As ações profissionais dotadas de caráter educativo interferem na reprodução material e social da força de trabalho, tanto por meio das ações materiais como das ações de cunho

sociopolítico e ideocultural. A respeito do caráter educativo da profissão é importante frisar que uma vez que o Serviço Social opta pela educação emancipatória em suas ações profissionais, também busca subverter a ordem intelectual e moral estabelecida no capitalismo. As ações socioeducativas são facilitadoras de processos democráticos, garantidores de Direitos e de relações horizontais entre profissionais e usuários, ao mesmo tempo em que projeta a sua emancipação e a transformação social (MIOTO, 2009).

Ainda segundo Miotto (op. Cit.), todas as ações socioeducativas acontecem tendo em vista as mesmas finalidades. Entretanto, assumem objetivos diferenciados e formas particulares de desenvolvimento de acordo com as demandas e as necessidades advindas dos diferentes âmbitos em que transitam os assistentes sociais. As ações profissionais vinculam-se a três grandes processos de articulação:

(...) Os processos político-organizativos (visam à participação política e à organização da sociedade civil para garantir e ampliar os Direitos na esfera pública e exercer o controle social); processos de planejamento e gestão (são ações de planejamento, gestão e administração de políticas sociais, de instituições e de empresas públicas ou privadas, bem como do próprio trabalho do Serviço Social); e os processos socioassistenciais (ações profissionais desenvolvidas, a partir de demandas singulares, no âmbito da intervenção direta com os usuários em contextos institucionais) (MIOTO, 2009, p.3).

Ao pensar mais especificamente a respeito dos processos socioassistenciais, nota-se que eles se tornam um terreno fértil para a retomada de ações profissionais com características de “ajuda psicossocial individualizada”, que aparecem muitas vezes metaforizadas de posturas pedagógicas subalternizantes frente às necessidades e demandas colocadas pela intensificação da exploração, do envolvimento produtivo do trabalhador e do controle persuasivo do trabalho pelo capital. Para evitar tal fato e construir um fazer profissional comprometido com a classe trabalhadora é necessário compreender que as ações socioeducativas no âmbito dos processos socioassistenciais se estruturam sobre dois pilares. Um relacionado à socialização de informações e outro referente ao processo reflexivo desenvolvido na trajetória da relação estabelecida entre profissionais e usuários (MIOTO, 2009).

Miotto (op. Cit.), a respeito da socialização das informações, explicita que ela é pautada no compromisso da garantia do direito à informação, como direito fundamental de cidadania. Por um lado, a informação constitui-se como uma pré-condição para a incorporação plena de indivíduos e sujeitos coletivos aos processos decisórios. Por outro,

instaura a possibilidade de uma efetiva contraposição à lógica das grandes organizações, sejam elas estatais ou empresariais. Além disso, contribui para viabilização de direitos, pois se apresenta como uma ação de fortalecimento do usuário para acessar seus direitos e para mudar a sua realidade. Miotto explica a respeito da efetiva socialização de informações:

Ressalta-se nessas considerações que o direito à informação não está restrito apenas ao conhecimento dos direitos e do legalmente instituído nas políticas sociais. Inclui-se o direito dos usuários de usufruírem de todo conhecimento socialmente produzido, especialmente daqueles gerados no campo da ciência e da tecnologia, necessário para a melhoria das condições e qualidade de vida ou para que os usuários possam acessar determinados bens ou serviços em situações específicas. e o direito à informação não se restringe ao acesso à informação. Ele pressupõe também a compreensão das informações, pois é ela que vai possibilitar seu uso na vida cotidiana. Dessa forma, o uso da informação ou a incorporação da informação pelos sujeitos, torna-se um indicador importante de avaliação no processo de construção da autonomia dos indivíduos, dos grupos e das famílias, que é a grande finalidade das ações educativas (MIOTTO, 2009, p.6).

Dessa forma a socialização de informações vai ao encontro da educação emancipatória, que afirma que o acesso ao conhecimento mais elaborado serve como um instrumento a mais na luta contra opressão. A informação é a base da instrumentalização da ação popular e a ausência dela torna os grupos facilmente manipuláveis, uma vez que é através dela que a classe dominada se relaciona com as classes dominantes, seja no confronto ou nas negociações e alianças. Para além disso, a informação também orienta o “como” e “o que” reivindicar, orientando também alternativas possíveis e maneiras de viabilizá-las (GIAQUETO, 2015). Dessa forma cabe ao profissional incentivar a elevação do nível de conhecimento dos sujeitos envolvidos no trabalho socioeducativo, o que, portanto, o inclui enquanto educador:

Nesse sentido, cabe ao profissional socializar o seu saber, socializar as informações acerca dos serviços e recursos sociais, incentivando a elevação do nível de conhecimento em que os sujeitos envolvidos no trabalho socioeducativo se encontram, a buscarem a educação formal, entre outras. Tudo isso tendo em vista que na luta pela reivindicação de seus direitos é preciso ter o máximo de informações possível, ter argumentos para contestar, negociar, convencer; caso contrário facilmente se abandona a luta (GIAQUETO, 2015).

Já a respeito do processo reflexivo, Miotto (2009) explica que ele se desenvolve no percurso que o assistente social faz com os usuários para buscar respostas para suas necessidades, imediatas ou não. Além disso, ele está pautado no princípio de que as demandas

que chegam às instituições, trazidas por indivíduos, grupos ou famílias, são reveladoras de processos de sujeição à exploração, de desigualdades nas suas mais variadas expressões ou de toda sorte de iniquidades sociais. O processo reflexivo tem como objetivo a formação da consciência crítica e esse objetivo somente se realiza à medida que são criadas as condições para que os usuários elaborem, de forma consciente e crítica sua própria concepção de mundo. Ou seja, que se façam sujeitos do processo de construção da sua história, da história dos serviços e das instituições e da história da sua sociedade. A sustentação desse processo reflexivo acontece por meio da interpenetração de dois elementos fundamentais que são o diálogo e a problematização.

O processo reflexivo também converge para a educação emancipatória, que sugere um processo de reflexão, que alimente a emergência do conflito e gere a problematização de situações do cotidiano e do mundo social, possibilitando o processo de conscientização. É necessário compreender a tomada de consciência enquanto uma construção e um esforço e não como algo inato. A esfera reflexiva deve ter como conteúdo as contradições econômico-ideológicas da organização social capitalista (GIAQUETO, 2015). Trata-se de uma reflexão que impulsiona para a ação:

Trata-se de uma reflexão ativa que impulsiona a ação a partir de um processo que leva os homens a pensar o mundo, as ações do seu grupo e a si mesmos, avaliar, problematizar, instigando a buscar o significado da existência humana no mundo e a compreensão da realidade (GIAQUETO, 2015).

O estabelecimento de vínculos e a conformação de uma relação democrática entre profissionais e usuários são fundamentais para que o processo educativo alcance seus objetivos. Ou seja, espera-se que por meio do processo educativo, o usuário – com informação e reflexão – ganhe mais autonomia para circular no espaço social, tomar decisões sobre as formas de conduzir sua vida, avançar na consciência de sua cidadania e ter participação em diferentes instâncias da esfera pública, especialmente nas de controle social (MIOTO, 2009).

Mioto (2009) ainda afirma que os processos educativos ocorrem em dois planos: um em que o caráter educativo é subsidiário de outra ação, e outro em que as ações se definem a partir do processo educativo. Nesse último plano, a ação educativa não está atrelada à singularidade da demanda, mas trabalha, em primeira instância, na formação da consciência crítica e na autonomia dos usuários. Quanto aos sujeitos envolvidos, a autora afirma que participam indivíduos, famílias e grupos de indivíduos, que de forma direta ou indireta se referenciam entre si. Nesse sentido, essa condição de correferencialidade imprime às ações

socioeducativas um efeito multiplicador, que se materializa à medida que os sujeitos, ao se transformarem, introduzem mudanças nos ambientes ou grupos dos quais participa.

Desta forma, o processo participativo é fundante da ação educativa, tratando-se da participação ao longo de todo o processo socioeducativo (intrínseca) e do fortalecimento da população para participar e intervir juntos às várias esferas da sociedade (extrínseca). Verificando-se que o exercício da consciência crítica e a busca do coletivo (que gera identidade e mobilização de defesa de interesses) são processos que se complementam. Nesse sentido o processo participativo também tem caráter educativo:

(...) Visto que se aprende a eleger, estabelecer rodízio de poder, forçar os mandantes a servirem a comunidade, a decodificar o porquê das restrições e proibições, a não ter medo de tudo aquilo que foi inculcado como proibido e inacessível e acreditar no poder da fala e das ideias quando expressas em lugares e ocasiões adequadas (GIAQUETO, 2015).

Mioto (2009) também expõe que as ações socioeducativas, de forma geral, trazem algumas demandas aos profissionais de Serviço Social, como: o conhecimento do espaço de trabalho (o que implica ter informações sobre as postulações legais referentes a ele e às políticas sociais correspondentes, além de um entendimento da dinâmica de organização e funcionamento desses espaços e conhecimento o próprio objeto de trabalho desse campo); e o conhecimento das demandas dos usuários em termos de totalidade e singularidade. A autora expõe ainda, a relevância das avaliações das ações socioeducativas, uma vez que essas são imprescindíveis para que se possa verificar o impacto delas na vida dos usuários, bem como nos serviços. O que pode ser verificado por meio da identificação de alterações no quadro das demandas e nas formas de relacionamento entre usuários e serviços.

Quanto à escolha forma de abordagem, dos instrumentos e das técnicas a serem utilizadas nas ações educativas Mioto explica:

As abordagens mais utilizadas no contexto das ações educativas são as individuais e as grupais. A formação de grupos é altamente recomendável porque permite, por meio da reunião de diferentes sujeitos, a realização do processo educativo de forma coletiva. Tanto nas reuniões como nos encontros individuais (entrevistas), que são os instrumentos utilizados para a abordagem dos sujeitos, o desenvolvimento do processo educativo se faz com a utilização de inúmeros recursos. Esses incorporam técnicas de dinâmica de grupo, recursos audiovisuais, técnicas de reconhecimento do território, entre muitas outras. A escolha da forma de abordagem, dos instrumentos e das técnicas a serem utilizadas vai depender dos objetivos propostos para ação, dos destinatários das ações, e das características das

instituições e dos profissionais. Portanto, todo o seu percurso necessita de planejamento e avaliação sistemática (MIOTO, 2009, p.12).

Depois de ter pontuado alguns fatores para uma ação educativa efetiva, é necessário ressaltar que, como afirma Miotto (2009), as ações socioeducativas se constituem como processos que se constroem e se reconstróem continuamente, não existindo modelos pré-definidos. Entretanto para desenvolvê-las é relevante frisar que:

(...) É necessário estabelecer um alto grau de coerência entre a direção teórico-metodológica e ético-política e a definição dos objetivos e dos procedimentos operativos. Essa coerência é necessária à medida que são os procedimentos que dão materialidade às possibilidades de os sujeitos aprenderem novas formas de se relacionarem e se posicionarem na sociedade em que vivem. É por meio da clareza na compreensão e na proposição do como se faz que se constrói uma ação profissional menos improvisada e mais legítima teoricamente (LIMA, 2006 apud MIOTO, 2009, p.12).

2.3 A opção pela educação emancipatória e seus desafios

Retomando brevemente para fins de entendimento, no início da profissão no Brasil, a relação entre assistente social e o usuário era, de forma geral, destituída da discussão política e econômica, focando na finalidade de coerção e do controle do Estado sobre a classe trabalhadora e a população pobre. A intervenção profissional recaía na esfera da queixa, ocorrendo uma individualização dos atendimentos e pensando soluções, mesmo que provisórias, para as situações apresentadas, não havendo uma diferenciação entre os objetivos institucionais e os objetivos da profissão. Em um segundo momento histórico da profissão, o objetivo de tais ações era a adequação dos usuários às necessidades do desenvolvimento econômico e social, que também reforçava a individualização e redução das necessidades às suas queixas. Já em um terceiro momento da profissão, o profissional reconhece o usuário em sua condição de classe, entendendo suas necessidades como consequência do desenvolvimento desigual constitutivo do capitalismo (TORRES, 2017).

Essa mudança de perspectiva acontece, pois o Serviço Social é uma das poucas profissões que traz em seu projeto ético-político e dentro do seu código de ética profissional uma série de princípios que apontam para a luta e para a superação do capitalismo, apresentando a ampliação e a consolidação da cidadania e, sobretudo, afirmando a necessidade da superação de uma sociedade dividida em classes (SANTOS, 2017). Para o entendimento da relação entre a orientação política profissional e a educação emancipatória, os princípios fundamentais do Código de Ética da profissão merecem destaque:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
 - II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
 - III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
 - IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
 - V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
 - VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
 - VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
 - VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.
 - IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
 - X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
 - XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.
- (CFESS, 1993, p.23).

Percebe-se dessa forma que os princípios constantes no Código de Ética estão em sintonia, não com qualquer tipo de educação e ação socioeducativa, mas com os princípios da educação emancipatória. Sobretudo quando destacam a liberdade como valor ético central e a necessária autonomia dos sujeitos como uma das suas expressões. Bem como a articulação com os segmentos de outras categorias profissionais que partilhem de propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores. Além disso, observamos o projeto profissional do Serviço Social, fundamentado no Código de Ética profissional, comprometido com a construção de uma nova ordem social, com outra sociedade mais justa e igualitária, o que o coloca também sintonizado com a educação emancipatória (OLIVEIRA et al., 2013). Portanto, o Serviço Social optou pela pedagogia emancipatória no momento de sua redefinição crítica-dialética:

(...) No momento em que a profissão se redefine a partir de um paradigma crítico-dialético e constrói seu projeto ético-político, firma-se um novo princípio educativo. Esse coloca em movimento (...) uma “pedagogia emancipatória” que, no contexto do processo histórico, visa a contribuir para subverter a maneira de pensar e agir dos homens enquanto totalidade histórica e assim subverter a ordem intelectual e moral estabelecida no capitalismo. (MIOTO, 2009, p.2).

A convergência entre Serviço Social e educação emancipatória resulta no fortalecimento das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa do exercício profissional, com vistas a uma prática profissional mais dialógica e democrática, que reafirme o saber popular, respeite a autonomia dos sujeitos e a diversidade cultural, além de impulsionar a construção de alternativas críticas de intervenção e mobilização social. (MACHADO; SILVA; TOLENTINO, 2019). Vislumbrando, dessa forma, um impacto direto na vida da população atendida:

(...) Espera-se que por meio do processo educativo, o usuário – com informação e reflexão – ganhe mais autonomia para circular no espaço social, tomar decisões sobre as formas de conduzir sua vida, avançar na consciência de sua cidadania e ter participação em diferentes instâncias da esfera pública, especialmente nas de controle social. (MIOTO, 2009, p.8).

Para além das interpretações “messiânicas” ou “fatalistas”, que desconsideram o movimento contraditório da realidade e do mercado de trabalho profissional, aposta-se nas possibilidades de garantia de acesso a direitos e na disputa dos processos de consciência. Fala-se em “processo de consciência” dos sujeitos, já que a consciência não pode ser concebida como uma coisa que possa ser adquirida e que, portanto, antes de sua posse pode-se supor um estado de “não consciência”. Nesse sentido, o fenômeno da consciência é compreendido como um movimento e não como algo dado. Por isso, ninguém conscientiza ninguém. Nessa linha de argumentos, a dimensão socioeducativa, através da educação emancipatória, pode contribuir no processo de formação da consciência dos usuários, dado que o exercício profissional pode apontar para uma direção social que imprima um compromisso com a organização política e com os movimentos e as lutas direcionados ao enfrentamento prático das inúmeras formas de violação dos direitos (SANTOS, 2017).

Nesse sentido, a educação emancipatória está intimamente relacionada com um processo de conscientização e com um compromisso com a organização política da classe trabalhadora. Entretanto, não se pode ignorar que existem inúmeros desafios para essa abordagem no cotidiano, o que pode ser atribuído a múltiplos fatores, com ênfase em dois

fatores centrais: o alargamento da ideologia individualista e a formação sócio-histórica brasileira, marcada por um desenvolvimento elitista e antipopular que antecipava as reivindicações da classe trabalhadora por seus direitos ou recorriam à repressão via Estado, visando pacificar a classe trabalhadora e evitar grandes pressões populares que ameaçassem a ordem vigente. Esse cenário, contudo, não significa a ausência de reivindicações, protestos e lutas, mas significa que a própria dinâmica do capital influencia na geração de processos de apatia e imobilismo, ao entender essa dinâmica também se entende a ausência dos sujeitos em espaços políticos e a falta de credibilidade atribuída pela população às organizações coletivas (GUIMARÃES, 2015).

Guimarães (2015) afirma que no contexto atual a direita não só defende privilégios e interesses das elites, mas também tem operado na contramão dos direitos sociais conquistados e investido na criminalização dos movimentos sociais, numa perspectiva de não apenas negar direitos via prestação de serviços precários, como também criminalizar sujeitos coletivos e individuais que se contrapõem a essa lógica através de suas organizações. A tentativa de criminalização dos movimentos sociais tem como objetivo maior a criminalização da luta de classes, e nesse sentido a defesa de tais movimentos é a defesa da democracia (ainda que seja limitada no capitalismo) e da livre manifestação e organização.

É necessário compreender o cenário desafiador que se insere o trabalho profissional e a sua dimensão socioeducativa. Além disso, entender que a conjuntura atual é de um país que sofre com as mazelas do neoliberalismo e seus desmontes e do neoconservadorismo e seus preconceitos, cenário que, portanto, agrava as expressões da questão social, aumentando em níveis alarmantes as demandas de trabalho dos assistentes sociais. De fato, o cenário político-econômico atual impacta os mais diversos espaços sócio-ocupacionais, nos quais atuam os assistentes sociais, de forma a comprometer negativamente a qualidade do exercício profissional (GUIMARÃES, 2015).

Importa ressaltar que as ações socioeducativas ocorrem em instituições, serviços ou programas vinculados às diferentes políticas sociais, de natureza pública ou privada, e também no campo sociojurídico. Qualquer que seja a inserção do assistente social, esse depende, em certa medida, das instituições empregadoras. Elas organizam o processo de trabalho do assistente social e, com isso, a “autonomia relativa” no fazer profissional tem maior ou menor dificuldade em garantir uma direção social comprometida com os interesses da classe trabalhadora. O vínculo com esses diferentes campos confere a essas ações configurações particulares, quanto ao impacto da conjuntura anteriormente exposta. Todas as ações socioeducativas, independente das particularidades, deveriam se orientar por seus dois

pilares: a socialização de informações e o processo reflexivo, pois as demandas são diferentes expressões de uma mesma questão social, baseada em uma mesma base político-econômica (MIOTO, 2009).

Portanto, a aposta em uma educação emancipatória significa afirmar a possibilidade de a classe trabalhadora tornar-se um sujeito histórico capaz de apresentar um projeto societário alternativo contra a ordem do capital, entendendo que esse processo, árduo e de longo prazo, não acontece ao acaso, mas é construído. A luta das assistentes sociais acontece todos os dias e ela deve se alinhar enquanto categoria e aos movimentos sociais já existentes, juntamente as estratégias de mobilização da classe trabalhadora. Entretanto, se as contradições inerentes aos espaços ocupacionais e às práticas educativas de mobilização social e organização não impedem uma atuação comprometida com os interesses das classes subalternas e que esteja de acordo com o Projeto Ético-Político da profissão, certamente as impõe exigências e desafios para o fazer profissional (ABREU; CARDOSO, 2009).

Segundo Machado (2012), qualquer ação educativa, por mais dialógica que possa ser, nunca será neutra. E ainda que o fazer profissional do assistente social se distinga da arena da militância política e que se configure como especialização da divisão social e técnica do trabalho, sempre haverá possibilidade de posicionamento contra a hegemonia da classe dominante e o dever do profissional, dentro das possibilidades institucionais, se dispor a participar efetivamente da construção da hegemonia das classes dominadas, conforme a opção do Projeto Ético-Político Profissional.

Cabe aos assistentes sociais lutar pela garantia de acesso a direitos e pela disputa dos processos de consciência, mas sem esquecer que também é parte da classe trabalhadora e estará diante da conjuntura atual neoliberal e neoconservadora, que reproduz o imobilismo e despolitização na população e cria um movimento de perseguição e criminalização da organização e mobilização. É necessário buscar, na contradição imposta pela realidade, possibilidades de luta dentro do espaço institucional de atuação profissional e fora dele. Buscando ainda, condições éticas e adequadas de realização do trabalho. Entretanto, fugindo de uma visão messiânica de que a transformação desse cenário está tão somente nas mãos dos assistentes sociais, é necessário encarar que a luta deve atravessar o coletivo da classe trabalhadora, articulando lutas por demandas imediatas (como o financiamento de políticas sociais efetivas) com uma luta mais ampla e estrutural que perpassa pela superação do sistema hegemônico capitalista (GUIMARÃES, 2015).

Coloca-se como uma necessidade aos profissionais diferenciar os objetivos institucionais dos objetivos da profissão. Além disso, é preciso reconhecer no usuário um

sujeito coletivo, o que pode ser subsidiado pela educação emancipatória. Essa deve ser pautada pela informação e reflexão, buscando uma prática profissional mais dialógica, democrática e voltada para mobilização social. Os assistentes sociais atuam em uma conjuntura de precarização das condições de trabalho, com o agravamento da questão social e aumento das demandas institucionais, o que acarreta na redução de recursos disponíveis para voltar-se às demandas não institucionais. Portanto, é através da relativa autonomia profissional que os assistentes sociais podem construir um fazer profissional comprometido com a classe trabalhadora e seus interesses.

CAPÍTULO III – A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

Para que se compreendam as possibilidades da dimensão socioeducativa da profissão na luta contra a violência familiar é necessário evidenciar pontos importantes sobre essa violência, abordando-a em uma perspectiva de totalidade, em seu caráter universal e particular.

3.1 Diferentes tipos de violência intrafamiliar

Para que seja possível compreender a violência intrafamiliar, cabe entender antes o conceito de família. Existem diversas definições a respeito desse conceito, mas os profissionais de Serviço Social, por uma questão ética-política, devem optar sempre pela definição mais inclusiva possível. Dentre tais definições, destaca-se no presente trabalho, para fins de entendimento, a apresentada pelo Programa Nacional de Assistência Social (2004): “família é o grupo de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou de solidariedade”. Ou ainda, a definição abordada pelo Ministério da Saúde (2002): “família é o grupo de pessoas com vínculos afetivos, de consanguinidade ou de convivência, capaz de se modificar segundo contextos sociais, culturais e históricos”.

É importante considerar o papel da família nuclear na contemporaneidade, baseada em poucos indivíduos e adscrita à convivência nos limites do espaço doméstico compartilhado, que vem substituir as famílias extensas, baseadas em uma rede ampla de parentesco e que entrelaçava sua funcionalidade à da produção rural e comércio de mercadorias. A família contemporânea fundamenta-se na privacidade – espaço restrito de relações pessoais afetivas, sendo que o número de integrantes e seus laços foram restringidos (BRASIL, 2002). Importa ressaltar, ao pensar em tal família nuclear, que surgiram diversificadas e inovadas configurações familiares, novas formas de se constituir família dentro da sociedade que podem variar em uniões consensuais de parceiros separados ou divorciados; uniões de pessoas do mesmo sexo; uniões de pessoas com filhos de outros casamentos; mães sozinhas com seus filhos, sendo cada um de um pai diferente; pais sozinhos com seus filhos; avós com os netos; e uma infinidade de formas a serem definidas, que se colocam como uma nova família, diferenciada do clássico modelo de família nuclear. Diante das novas configurações, ressalta-se que é impossível admitir o pensamento de um único modelo adequado (OLIVEIRA, 2009).

Entretanto, mesmo com alterações na configuração familiar, ainda é possível notar determinados conceitos que se repetem com outra roupagem. Além disso, com uma análise na perspectiva da totalidade, chega-se à conclusão que a estrutura familiar está intimamente ligada à conjuntura social. Tal fato traz elementos necessários para a compreensão de que as mudanças societárias afetam a dinâmica familiar como um todo e, particularmente, cada família, conforme sua composição, história e condições socioeconômicas. Portanto, a realidade da família não é uniforme, pois cada família sofre influências particulares de fatores sociológicos, culturais, políticos, econômicos, religiosos, entre tantos outros. Nesse sentido, é importante frisar que as famílias brasileiras são, em sua maioria, famílias que possuem meios escassos de sobrevivência e buscam no cotidiano da vida familiar, dividir não somente as emoções dos laços familiares, mas também as angústias que a própria vida cotidiana lhes apresenta. Em outros termos, as diferentes maneiras de configurações familiares são, em sua maioria, devidas às circunstâncias da vida e não uma opção de vida (OLIVEIRA, 2009).

A família é o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos, portanto, pode-se pensar na família como um lugar de criação de identidades e disputas de poder. Nesse sentido, a violência intrafamiliar expressa dinâmicas de poder e afeto, nas quais estão presentes relações de subordinação e dominação. Nessas relações – homem/mulher, pais/filhos, diferentes gerações, entre outras – as pessoas estão em posições opostas, desempenhando papéis rígidos e criando uma dinâmica própria, diferente em cada grupo familiar. Dessa forma, violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade (BRASIL, 2002).

Portanto, quando se fala de violência intrafamiliar, deve-se considerar qualquer tipo de relação de abuso praticado no contexto privado da família contra qualquer um dos seus membros. É importante frisar que o conceito de violência intrafamiliar não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também às relações em que se constrói e efetua. O presente trabalho aborda a violência intrafamiliar, mas é necessário evidenciar a diferença com relação à violência doméstica. Esta se distingue da violência intrafamiliar por incluir outros membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico. Incluem-se aí empregados(as), pessoas que convivem esporadicamente e agregados (BRASIL, 2002).

Para que seja feita uma abordagem profissional séria, densa e comprometida, a violência precisa ser entendida enquanto complexo social, em seu caráter universal e

particular (SILVA, 2008). Além disso, é importante que se tenha em mente que a violência é um fenômeno com múltiplas determinações e que não é inerente à condição humana, tampouco originária ou exclusiva do modo de produção capitalista. Entretanto, encontra nele um terreno fértil para sua reprodução e produção de novas expressões (VIEIRA, 2019), fato este que será abordado na segunda parte deste capítulo. Ademais, como parte do entendimento das suas particularidades é necessário conhecer algumas das múltiplas expressões contemporâneas da violência. A seguir será abordado mais especificamente sobre as múltiplas expressões da violência intrafamiliar.

É importante frisar que a violência intrafamiliar pode se manifestar de várias formas e com diferentes graus de severidade. Estas formas de violência não se produzem isoladamente, mas fazem parte de uma sequência crescente de episódios, do qual o homicídio é a manifestação mais extrema. A violência intrafamiliar pode se expressar na forma de maus-tratos físicos, psicológicos, morais, sexuais, econômicos ou patrimoniais (BRASIL, 2002).

Para um melhor entendimento, cabe salientar que a violência física ocorre quando uma pessoa causa ou tenta causar dano não acidental, por meio do uso da força física ou de algum tipo de arma que pode provocar ou não lesões externas, internas ou ambas. Segundo concepções mais recentes, o castigo repetido, não severo, também se considera violência física. Já a violência psicológica é toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. A violência moral é toda conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. A violência sexual, por sua vez, é toda a ação na qual uma pessoa em relação de poder e por meio de força física, coerção ou intimidação psicológica, obriga uma outra ao ato sexual contra a sua vontade, ou que a exponha em interações sexuais que propiciem sua vitimização, da qual o agressor tenta obter gratificação. A violência sexual ocorre em uma variedade de situações como estupro, sexo forçado no casamento, abuso sexual infantil, abuso incestuoso e assédio sexual. A violência econômica é todo ato destrutivo ou omissão do(a) agressor(a) que afetam a saúde emocional e a sobrevivência dos membros da família. Já a violência patrimonial é qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, etc. (BRASIL, 2002).

A violência intrafamiliar tem muitas manifestações, mas as mais comuns, sobretudo no Brasil, são as que submetem a mulher, as crianças e os idosos ao pai, ao marido e ao provedor. Ou ainda, colocam crianças e jovens sob o domínio – e não sob a proteção – dos adultos. Existem algumas crenças poderosas que fundamentam a violência no interior dos lares: a de que o homem é o chefe, o dono e sabe o que é bom ou ruim para todos. Mas ele se

exclui do julgamento dos demais; a de que a criança, para ser educada, precisa ser castigada e punida pelo pai, pela mãe e pelos seus substitutos. Como diz o povo: “A letra com sangue entra”; a de que a mulher é domínio e posse do homem; e de que os idosos, por não produzirem mais bens e serviços materiais e frequentemente demandarem cuidados, são inúteis, pesos mortos e descartáveis (MINAYO, 2007).

Portanto, a violência intrafamiliar é um problema social de grande dimensão que afeta toda a sociedade, atingindo, de forma continuada, especialmente mulheres, crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência. A violência intrafamiliar contra mulher, na maior parte das vezes é praticada pelo próprio marido ou companheiro. Alguns fatores influenciam a mulher a não denunciar, a continuar com o seu relacionamento após a agressão ou mesmo a manter-se em um ciclo de relacionamentos violentos, são eles: história familiar; autoestima; situação econômica; carência de recursos sociais e familiares; segurança; e situação emocional (BRASIL, 2002).

Na abordagem sobre a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, chama atenção o fato da precariedade do monitoramento do fenômeno. Além disso, ressalta-se a aceitação cultural da punição corporal doméstica, que pode ser caracterizada como violência física recorrente na infância e adolescência. A violência sexual contra essa população apresenta-se como um dos fenômenos mais escondidos nas estatísticas devido ao complô de silêncio que usualmente o cerca. A prevenção e identificação de violências intrafamiliares contra crianças e adolescentes é especialmente urgente devido à condição de pessoa em desenvolvimento dessa população, sendo preciso chegar antes que uma criança ou um adolescente se torne um prontuário médico, um boletim policial, um processo judicial, um dossiê psicossocial, uma notícia de jornal ou um corpo no necrotério (AZEVEDO et al., 2001).

A violência contra os idosos é uma importante demanda que tem acompanhado o crescimento dessa população. É importante verificar que relação familiar construída ao longo do tempo produz agredidos e agressores, uma vez que ambos se afetam circularmente. A maior parte dos agressores viveu num ambiente e contexto de violência e a sofreu também, aprendeu a relacionar-se dessa forma, reproduzindo-a. Interessante notar na violência intrafamiliar contra idosos que por vezes o agressor foi vítima de violência e pode descarregar no idoso sentimentos de ambivalência, mágoa e revolta, colocando o idoso num lugar em que um dia esteve e que talvez ainda esteja. A qualidade da relação prévia entre familiar e idoso parece ser um indicador confiável e assinala que a falta de vínculos significativos ou

“vínculos frouxos” desponta como causa mais frequente da violência intrafamiliar contra o idoso (SILVA; DIAS, 2016).

Já com relação à violência intrafamiliar contra pessoas com deficiência, estima-se que essa população apresenta uma probabilidade 50% maior de sofrer violência quando comparado a pessoas sem deficiência. Tal desproporção deve-se à assimetria nas relações de poder a que se submetem, estando sob grande vulnerabilidade. Entre os casos notificados entre 2011 e 2017 nos serviços de saúde brasileiros, a maioria das vítimas foi do sexo feminino e a maior parte dos agressores do sexo masculino, sendo também os próprios familiares, seguidos de parceiros íntimos. Percebeu-se que a sobreposição de vulnerabilidades da deficiência, raça/cor/etnia, classe social e faixa etária pode tornar algumas pessoas ainda mais propensas a sofrer violência. Outra questão importante a ser apontada foi a identificação do cuidador (em muitos casos, um familiar) como agressor. Diante disso, importa ressaltar que a sobrecarga do trabalho de cuidar também pode gerar violências (MELLO et al., 2021).

Foram expostas algumas expressões da violência intrafamiliar, que muitas vezes se apresentam como algo imediatamente posto, sendo necessário que o profissional apreenda criticamente tais ações indo além de tais singularidades. É necessário abordar a violência como um complexo social, em seu caráter particular e universal, este último será abordado a seguir.

3.2 Aspectos universais da violência intrafamiliar

Por mais pontual que possa parecer um ato violento, ele sempre será ideado, viabilizado e explicado sob determinadas condições sócio-históricas e, evidentemente, não poderá ficar circunscrito à esfera puramente individual-subjetiva (embora não prescindida dela), já que o ser social é, ao mesmo tempo, subjetividade-objetividade, indivíduo-classe. A violência, nas suas diversas expressões, o que inclui a violência intrafamiliar, é uma categoria que se realiza como complexo social. Nesse sentido, longe de qualquer tentativa de fragmentar ou de generalizar mecanicamente a explicação da violência nas suas heterogêneas formas de objetivação, é preciso partir das demandas imediatas impostas à profissão e descortinar suas conexões universais reais que jamais se realizam como atos unicamente isolados (SILVA, 2008). Assim como afirma Guerra:

A violência expressa-se em múltiplas faces, envolvendo também as relações sociais e econômicas da sociedade, com isso é possível compreender a

violência como um fenômeno macro, ou seja, não acontece somente em contextos internos como relações familiares ou de proximidade entre os indivíduos. A violência, em um contexto macro, também é conhecida como violência estrutural, fenômeno característico das sociedades capitalistas ‘marcadas pela dominação de classes e por profundas desigualdades na distribuição da riqueza social’ (GUERRA, 2008, p. 28 apud VIEIRA, 2019, p.4).

A violência é, portanto, uma construção social que se desenvolve a partir das relações interpessoais dos homens em sociedade, não é natural, não é da condição humana, mas sim fruto do movimento da realidade e das condições sociais, culturais, éticas, econômicas de um dado contexto histórico. Na sociedade contemporânea, com as feições assumidas pelo sistema econômico do capitalismo, a desigualdade assume não somente as relações sociais e econômicas, mas também as relações interpessoais. Dessa forma, nota-se que o aumento exacerbado das desigualdades, na sociedade contemporânea, não atinge apenas o acesso a bens e serviços, mas, sobretudo, os modos de vida, desumanizando as relações sociais e reiterando valores individualistas. O abismo moderno entre o desenvolvimento econômico e o social gera mudanças que freiam novas perspectivas para a proteção social dos segmentos mais vulneráveis da população (VIEIRA, 2019). É nesse sentido que Silva explica:

Certamente que as expressões particulares da violência não estão circunscritas às camadas pobres, ainda que se materializem nelas sob condições peculiares (como vítimas ou agentes reprodutores). Mas é necessário reconhecer que as condições materiais de existência e a sociabilidade nela formada são componentes insuprimíveis para a explicação desse fenômeno mesmo que seja para ressaltar as faltas ou os excessos por onde as relações sociais – burguesas – constituem-se, cada vez mais, como ‘relações coisais’ (SILVA, 2008, p. 7).

No atual sistema hegemônico, o trabalho para o trabalhador passa a ser visto como um fardo e não como algo prazeroso para sua autorrealização, não existe prazer ou realização, apenas a venda de sua força de trabalho por um salário que lhe garanta, ainda que minimamente, a sua sobrevivência e/ou de sua família. A ineficácia da atuação do Estado e/ou a sua omissão para garantir os direitos sociais e impor barreiras diante das condições predatórias do capital no processo de acumulação, corrobora para que as expressões de violência manifestem-se constantemente na vida dos sujeitos (VIEIRA, 2019). A forma perversa de concentração de renda presente no capitalismo é instrumento ideal para a consolidação de uma base capitalista, que se mantém como soberana, tendo a maior parte da população dependente e incapaz de desenvolvimento social. A despolitização gerida pelas

elites e o enfraquecimento da participação política popular se evidência como a base que mantem o sistema capitalista e suas violências cotidianas. Sobre a violência Vieira afirma:

(...) encontra na sociedade capitalista terreno fértil para sua reprodução e produção de novas expressões, uma vez que a atual sociabilidade está estruturada em valores e modos que comportam relações de opressão, dominação e exploração. Os próprios valores de uma sociedade influenciam o acometimento da violência, a predominância de uma cultura que alimenta práticas cotidianas violentas contra mulheres, crianças, negros, indígenas, idosos, população LGBTTIQ, etc. A produção desses modos de pensar e agir estão cravados na exploração e opressão, construindo subjetividades brutalizadas e reprodutoras de ideologias que conduzem ao estranhamento em relação ao outro, a banalização da vida humana e a repetição mecânica e bestial de comportamentos e posturas do pragmatismo e da não reflexão crítica dos atos centrados no pré-julgamento e no senso comum (VIEIRA, 2019, p. 14).

Pode-se pensar em dois modos diferentes da violência se expressar, a violência visível, ou seja, aquela que se pode ver, que causa comoção e/ou revolta, e a violência invisível, que opera na subjetividade do ser humano, atuando na sua identidade, nos valores de pertencimento a uma determinada sociedade ou grupo social. Os valores de uma sociedade machista, classista, racista e homofóbica asseguram não somente as condições materiais para os atos de violência contra as consideradas “minorias”, mas as estigmatizam e fazem com que tais valores sejam por elas internalizados e reproduzidos cotidianamente (VIEIRA, 2019). Ou seja, pode-se inferir que abordar a violência é pensar em subjetividade e objetividade, indivíduo e classe. Porém é necessário ressaltar que a objetividade interfere na subjetividade e o pensamento da sociedade e de uma classe interfere no pensamento do indivíduo. Abordando o assunto Iasi exemplifica:

Quando um negro é agredido por ser negro, trata-se de uma violência. Mas um negro que procura se “embranquecer” para ser aceito em uma sociedade branca e racista é uma violência ainda maior, porque é a demonstração de que o racismo e a exploração ganharam raízes na subjetividade, que a dominação externa se internalizou e dirige a ação desse ser humano no sentido de seu apassivamento diante de tal dominação (IASI, 2014, p.185 apud VIEIRA, 2019, p.6).

Ao pensar na violência também é necessário abordar a construção ideológica da violência, a qual pode ser considerada à própria violência. Uma vez que a sociedade burguesa utiliza a consciência cínica, ou seja, “eu sei, mas finjo que não sei, logo tolero atos de violência, por não saber ou por não ter ‘consciência’ de que aquilo é uma violência”. A

ideologia, ao invadir todas as esferas da vida social, manipula a realidade concreta, não possibilitando que os indivíduos rompam com valores impostos que subalternizam e oprimem determinados segmentos sociais. Ou seja, a ideologia mascara as reais condições nas quais os fenômenos sociais se manifestam, obstaculiza a busca pelas raízes históricas e fortalece a naturalização de preconceitos e injustiças. A principal resultante desse processo de alienação é o impedimento de um conhecimento crítico do ser humano sobre sua própria vida. Portanto, a grande problemática da naturalização da violência está no fato de que ao concebê-la como algo natural, a sociedade não busca transformar as situações que favorecem o seu aparecimento nas relações, sua busca consiste apenas em minimizar seus efeitos sem atuar nas raízes que assentam esse fenômeno na sociedade de classes (VIEIRA, 2019).

Não com pouca frequência, são endossadas apreensões da ‘violência’ ou de ‘violências’ (na verdade formas particulares de objetivação cotidiana da violência) como atos pontuais causados exclusivamente por indivíduos que carecem de um tratamento focal (SILVA, 2008). Uma questão importante a considerar nesse sentido, diz respeito à apartação entre “vítimas ou inocentes” e os (as) autores (as) da violência, denominados pelo senso comum conservador de “criminosos (as), bandidos (as)” e pela força policial como “elementos”. Os indivíduos pertencentes ao segundo grupo, por meio da violência simbólica e da consciência cínica não são vistos como seres humanos, mas como coisas, desprovidos da condição humana, por isso o uso indiscriminado da violência por meio do aparelho estatal é legitimado, pois este se encontra autorizado a utilizar a violência como forma de garantir o bem comum e proteger a sociedade da ação dos “elementos” (VIEIRA, 2019). Sobre o assunto, Iasi exemplifica:

Uma pessoa negra presa a um poste pelo pescoço é inadmissível. Algo que era comum na época da escravidão torna-se impensável em um Estado de direito – a menos que seja um ladrão, um criminoso. Não se deve fazer isso com uma pessoa, mas a condição de criminoso suspende a condição de pessoa: ele é uma coisa (IASI, 2014, p. 180 apud VIEIRA, 2019, p.6).

No trabalho socioeducativo cotidiano dos assistentes sociais, muitas vezes, é atribuído a esses profissionais a função de ‘gerenciar praticamente’ mazelas sociais, oriundas da violência estrutural, implícita no próprio metabolismo do capitalismo contemporâneo, que é objetivada, com certa independência, por meio de ações violentas, também potencializadas por individualidades e suas respectivas subjetividades. Nesse sentido, é importante reafirmar a perspectiva da totalidade na reconstrução da violência como categoria e como complexo social, reconhecendo também a importância de apanhar as particularidades da violência que se

apresentam aos assistentes sociais (SILVA, 2008). Além disso, discutir o fenômeno da violência em suas múltiplas determinações e dimensões requer uma abordagem interdisciplinar para apreensão em sua complexidade, considerando-se a diversidade de suas dinâmicas – contextos, tempos, espaços e sujeitos. Uma vez que a violência é um fenômeno complexo e encerra múltiplas determinações e expressões, requerendo para sua análise um acurado olhar para entendê-la em sua totalidade e não de forma superficial e/ou fragmentada, mas a partir de suas mediações que são históricas, sociais, culturais, éticas, políticas e econômicas (VIEIRA, 2019).

3.3 A dimensão socioeducativa na luta contra a violência intrafamiliar

Ao se tratar da luta contra a violência intrafamiliar é necessário, para uma abordagem crítica, que ela seja pensada enquanto complexo social, em seu caráter particular e universal. É preciso, então, partir do imediatamente posto em direção ao desvelamento dos aspectos universais. É preciso reconhecer, ainda, que a violência intrafamiliar apresenta-se heterogênea e multifacetada e se particulariza atingindo diferentes segmentos sociais (crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, população LGBTQI+, entre outros), classes sociais diversas (dos miseráveis aos milionários – ainda que se objetive com intensidades variadas e conte com instrumentos de defesa igualmente diferentes e desiguais) e imediatamente se manifesta por meio de marcas físicas, psicológicas, sexuais, morais, patrimoniais e financeiras sentidas por indivíduos. Nesse sentido, as expressões particulares da violência intrafamiliar não estão circunscritas às camadas pobres, ainda que se materializem nelas sob condições peculiares (como vítimas ou agentes reprodutores). Mas é necessário reconhecer que as condições materiais de existência e a sociabilidade nela formada são componentes essenciais para a explicação desse fenômeno (SILVA, 2008).

Dessa forma, é importante que o profissional tenha em mente que a violência, de forma geral, é um fenômeno com múltiplas determinações e que não é inerente à condição humana, tampouco originária ou exclusiva do modo de produção capitalista. Entretanto, encontra nele um terreno fértil para sua reprodução e produção de novas expressões (VIEIRA, 2019). Portanto, a agudização da violência ou mesmo sua naturalização são também expressões da questão social. Importante ressaltar, ao abordar o assunto, que a questão social não é um fenômeno recente, trata-se de uma única e velha questão social inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, mas que na contemporaneidade se reproduz sob novas mediações históricas e, ao mesmo tempo, assume inéditas expressões. Nela está

condensado o conjunto de desigualdades e lutas sociais. A configuração histórica da questão social depende da situação objetiva das classes trabalhadoras situada ante as mudanças no modo de produzir e apropriar o trabalho excedente. Além disso, sua configuração também depende da capacidade de luta e organização das classes exploradas na defesa de seus interesses (IAMAMOTO, 2008).

Portanto, o combate a qualquer expressão da questão social supõe um projeto anticapitalista, que seja capaz de acabar com a “única e velha questão social” da qual parte suas expressões, o que inclui a agudização e naturalização da violência intrafamiliar. Dessa forma, cabe retomar que, segundo as contribuições de Gramsci para a renovação do marxismo, a sociedade possui sua base econômica (estrutura), porém é na base ético-política (superestrutura) que se resolvem as contradições (MACHADO, 2012). Nesse cenário, o Serviço Social não se inscreve predominantemente entre atividades de criação de produto e valor, mas sim no contexto referente às condições e situação de vida da classe trabalhadora, encontrando-se integrado ao processo de criação das condições indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho, à extração de mais-valia (IAMAMOTO, 2008). Abordando mais especificamente a dimensão socioeducativa da profissão, pode-se dizer que ela se insere no campo das atividades formadoras da cultura (modo de pensar, sentir e agir – também entendido como sociabilidade) (ABREU; CARDOSO, 2009).

É devido a essa inserção na divisão sócio técnica do trabalho que os assistentes sociais possuem uma contribuição teórico-prática especialmente relevante no campo da violência. Trata-se de um profissional empiricamente privilegiado por ocupar os confins da sociedade burguesa brasileira e atuar concretamente frente a esse impacto (sobretudo no campo das políticas sociais – seja na reprodução da força de trabalho, ou na simples manutenção dos miseráveis) (SILVA, 2008).

No trabalho socioeducativo frente à violência intrafamiliar, os profissionais atuam na tensão entre re-produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, situados em um terreno movido por interesses sociais distintos e antagônicos. Ao adquirir um compromisso com os interesses da classe trabalhadora, através da aproximação de um viés marxista, a profissão opta por uma estratégia educativa emancipatória vinculada à necessidade histórica de construção de uma alternativa societária à ordem do capital.

Tal opção irá refletir no modo com que os profissionais se colocarão na luta contra a violência intrafamiliar. A perspectiva marxista supõe um enfoque profissional no horizonte da totalidade, o que infere uma apreensão da violência intrafamiliar que supere o labirinto da ideologia dominante, no qual não são consideradas as contradições existentes que alimentam a

produção e reprodução da violência, assim como das condições concretas em que ela se materializa (VIEIRA, 2019). Nesse sentido, é preciso desconstruir interpretações que tendem a explicar a violência familiar como uma ‘aberração’ unicamente criada e praticada por indivíduos ou segmentos sociais ‘predispostos’ a comportamentos violentos, tomando formas particulares de violência como sendo a violência em sua totalidade (SILVA, 2008).

É essencial para uma abordagem socioeducativa da violência intrafamiliar em uma perspectiva de totalidade, que o profissional vá além da culpabilização meramente individual dos autores das agressões e que supere a ideia de resoluções no âmbito tão somente imediatista e individual. Afinal de contas, essa interpretação tende a alimentar a reprodução da violência enquanto categoria sócio-histórica.

Ainda que no projeto societário atual, capitalista, neoliberal e conservador, o tipo de resposta profissional alimentada seja a imediatista e errática, é essencial que se supere o caráter conservador que esteve atrelado à profissão desde a sua gênese. É contrária à ideia de totalidade uma abordagem da questão social enquanto questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos, portanto com um enfoque individualista, psicologizante e moralizador. A violência intrafamiliar condensa multicausalidades, porém não pode ser entendida como uma questão que se encerra no âmbito da solução de problemas pessoais.

Ao pensar na dimensão socioeducativa da profissão na luta contra a violência intrafamiliar se faz necessário lembrar que ela não tem uma receita pronta para ser realizada, uma vez que as ações socioeducativas se constroem e se reconstroem continuamente não existindo modelos pré-definidos. Entretanto, é preciso que os profissionais tenham em mente os elementos que constituem uma educação emancipatória: práxis; diálogo; respeito ao conhecimento popular no processo de educação; participação; hegemonia; e processo de conscientização (MACHADO, 2012). Além disso, é necessário estarem atentos aos pilares da dimensão socioeducativa da profissão: socialização de informações; reflexão; organização e participação (ELIAS; OLIVEIRA, 2008). Sempre visando contribuir com o processo de conscientização e mobilização da população atendida, com base ética e política voltada para a transformação social, estimulando a luta coletiva pela emancipação humana, em uma sociabilidade em que a questão social não mais exista.

A dimensão socioeducativa da profissão pode contribuir na luta contra a violência familiar, pois ela se volta à ação e impacta diretamente a vida das vítimas e dos autores das agressões. Além disso, a socialização de informações, pilar da dimensão educativa, supõe um maior aprofundamento sobre as mais diferentes expressões imediatas da violência

intrafamiliar, além de suas formas de prevenção, identificação e combate. Para além de outros fatores, pode tratar-se de uma questão de vida ou morte e este fato jamais pode ser ignorado, pois significaria a banalização da vida humana. Dessa forma, como a educação emancipatória supõe totalidade, ela parte das demandas imediatas e individuais, postas ao cotidiano profissional, e percebe sua conexão universal, o que não significa ignorar aquilo que é imediatamente posto, mas sim ir além da abordagem imediata. Nesse sentido, o potencial da contribuição da dimensão socioeducativa da profissão na luta contra a violência intrafamiliar é a curto e longo prazo, no âmbito individual e coletivo.

Interessante ressaltar a contribuição do caráter multiplicador que a dimensão socioeducativa adquire na luta contra a violência intrafamiliar. Por ser realizada junto à população atendida, dela participam indivíduos, famílias e grupos de indivíduos, que de forma direta ou indireta se referenciam entre si. Nesse sentido, essa condição de correferencialidade imprime às ações socioeducativas um efeito multiplicador, que se materializa à medida que os sujeitos, ao se transformarem, introduzem mudanças nos ambientes ou grupos dos quais participa (MIOTO, 2009).

Os profissionais podem, através da dimensão socioeducativa da profissão e seus pilares de socialização de informações e reflexão, visando o processo de conscientização, trabalhar contribuindo com a autonomia dos(as) usuários(as), o que inclui vítimas e autores das agressões, com as suas capacidades de luta e organização. Portanto, atuar em fatores que são capazes de alterar as configurações da questão social, incluindo a agudização e naturalização da violência intrafamiliar. Sem subestimar o trabalho com as formas imediatas da violência intrafamiliar, o qual é essencial, pois ela é uma origem de sofrimento e, muitas vezes, trata-se de uma questão de vida ou morte e que afeta, sobretudo, os grupos mais vulneráveis da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no percurso teórico aqui desenvolvido, a partir do método materialista histórico dialético, podem-se concluir alguns pontos relevantes. O primeiro diz respeito à população sobre a qual a violência intrafamiliar incide. Apesar de não se circunscrever às camadas mais pobres é, sobretudo, sobre elas que esse tipo de violência encontrará condições para ser mais facilmente materializada, fato este que ocorre por conta do caráter sócio-histórico da violência.

Outro ponto importante que cabe ressaltar é que, justamente por seu caráter sócio-histórico, a violência não pode ficar circunscrita à esfera puramente individual-subjetiva (embora não a dispense), já que o ser social é, ao mesmo tempo, subjetividade-objetividade, indivíduo-classe. Além disso, cabe destacar por sua relevância o fato de que a violência não é exclusiva do modo de produção capitalista, porém encontra nele um terreno fértil para sua reprodução e produção de novas expressões, uma vez que a atual sociabilidade está estruturada em valores e modos que comportam relações de opressão, dominação e exploração. Os próprios valores de uma sociedade influenciam no acometimento da violência, na sociabilidade, percebe-se a predominância de uma cultura que alimenta práticas cotidianas violentas contra mulheres, crianças, negros, indígenas, idosos, população LGBTQI+, pessoas com deficiência, etc. O simples fato de pertencer a esses grupos pode tornar as pessoas ainda mais propensas a sofrer violência. Além disso, pode-se concluir que a violência intrafamiliar possui diferentes maneiras de se materializar, como violência física, psicológica, moral, sexual, econômica ou patrimonial.

Dessa forma, o presente trabalho procurou demonstrar que para uma prática profissional crítica e adensada, a violência intrafamiliar deve ser abordada em sua totalidade, como um fenômeno com multicausalidades, que não encerra seu entendimento na esfera do Serviço Social. Entretanto, o caráter sócio-histórico da violência precisa ser levado em consideração e o agravamento da violência intrafamiliar e sua naturalização devem ser entendidos como expressões da questão social. Tratando-se esta, de uma única e velha questão social que condensa em si o conjunto de desigualdades e lutas sociais, sendo preciso levar em consideração que o combate a qualquer expressão da questão social supõe um projeto anticapitalista.

Importa ainda, para uma prática profissional crítica, entender que a configuração da questão social depende da condição objetiva da classe trabalhadora e da sua capacidade de

luta e organização. Pois é justamente sobre isso que o trabalho socioeducativo dos assistentes sociais pode impactar.

Ainda que no projeto societário atual, capitalista, neoliberal e conservador, o tipo de resposta profissional alimentada seja a imediatista e errática, é essencial que se supere o caráter conservador e superficial que esteve atrelado à profissão desde a sua gênese. É contrária à ideia de totalidade uma abordagem da questão social enquanto questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos, portanto, com um enfoque individualista, psicologizante e moralizador. A violência intrafamiliar condensa multicausalidades e não pode ser entendida como uma questão que se encerra no âmbito da solução de problemas pessoais.

No fazer profissional, os assistentes sociais podem realizar um trabalho socioeducativo junto à população na luta contra a violência intrafamiliar, utilizando uma abordagem individual ou grupal, sendo a abordagem grupal altamente recomendada por permitir, por meio da reunião de diferentes sujeitos, a realização do processo educativo de forma coletiva.

Nesse sentido, os assistentes sociais, através do reconhecimento da demanda apresentada, podem garantir o acesso a informações pertinentes à violência intrafamiliar, permitindo que os usuários consigam mais facilmente reconhecer a violência intrafamiliar em seu cotidiano, conhecer suas formas de combate e saberem como acessar seus direitos em caso de ameaça ou agressão. Além disso, como foi explorado ao longo do trabalho, a socialização de informações supõe também o acesso a todo o conhecimento socialmente produzido. Portanto, cabe também aos assistentes sociais explorar a violência intrafamiliar em seu caráter universal, enquanto um resultante sócio-histórico, que encontra no capitalismo um terreno fértil para ser mais facilmente materializado.

Importa ressaltar, ainda, que a socialização de informações supõe também a compreensão de tais informações, de forma que elas sejam incorporadas e permitam que o usuário além de realizar uma leitura crítica da sua própria realidade, consiga também transformá-la, sendo, portanto, o acesso ao conhecimento um instrumento a mais na luta contra a opressão. Além disso, os assistentes sociais, explorando a dimensão socioeducativa no combate à violência intrafamiliar, também devem provocar o processo reflexivo com o objetivo da formação da consciência crítica, de forma que os usuários elaborem, de forma consciente sua própria concepção de mundo. A sustentação desse processo se dá por meio do diálogo e da problematização.

Nesse contexto, ao abordar a violência intrafamiliar no processo reflexivo, os profissionais devem levantar a questão de que a ideologia que sustenta o capitalismo, ao

invadir todas as esferas da vida social, manipula a realidade concreta e resulta na alienação que mascara as reais condições nas quais os fenômenos sociais se manifestam, obstaculizando a busca pelas raízes históricas e fortalecendo a naturalização de preconceitos e injustiças, sendo o principal resultante desse processo de alienação, o impedimento de um conhecimento crítico do ser humano sobre sua própria vida. Ou seja, os profissionais devem problematizar junto à população o atual sistema hegemônico em sua totalidade, no sentido de perceber que a violência o estrutura.

Por fim, a dimensão socioeducativa da profissão supõe um maior aprofundamento sobre as mais diferentes expressões imediatas da violência intrafamiliar, além de suas formas de prevenção, identificação e combate. Pois, para além de outros fatores, as formas particulares da violência intrafamiliar podem apresentar-se como uma questão de vida ou morte e este fato jamais pode ser ignorado, pois significaria a banalização da vida humana. Dessa forma, como a educação emancipatória supõe totalidade, ela parte das demandas imediatas e individuais, postas ao cotidiano profissional, e percebe sua conexão universal, o que não significa ignorar aquilo que é imediatamente posto, mas sim ir além da abordagem imediata. Nesse sentido, o potencial da contribuição da dimensão socioeducativa da profissão na luta contra a violência intrafamiliar é a curto e longo prazo, no âmbito individual e coletivo.

Cabe ainda aos profissionais, irem além de uma visão messiânica, percebendo que a responsabilidade da superação do capitalismo e, portanto, da questão social, não está tão somente por conta dos assistentes sociais, mas sim, é responsabilidade de toda a classe trabalhadora. A dimensão educativa, tampouco, é exclusividade do Serviço Social, porém encontra nele uma inserção sócio-técnica do trabalho privilegiada na luta contra violência familiar. Justamente por serem os assistentes sociais os profissionais que atuam junto às expressões da questão social, tendo inclusive a questão social como objeto de seu trabalho, atuando com indivíduos, grupos e famílias em maior vulnerabilidade.

Fica a cargo dos profissionais perceberem sua relevância no campo da violência e a importância da sua prática no sentido de alterar a configuração da questão social a partir da mobilização e luta da classe trabalhadora que advém do processo de conscientização que o assistente social também é capaz de provocar através da dimensão socioeducativa da profissão. Ainda que no contexto neoliberal as demandas institucionais apresentem um adensamento e a relativa autonomia profissional se altere conforme as mais diversas inserções nos espaços sócio-ocupacionais, como bem coloca Yazbek (2001), é preciso no tempo curto

do trabalho cotidiano, em meio a situações singulares, demonstrar a viabilidade da direção social expressa no projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina M.; CARDOSO, Franci G. Mobilização social e práticas educativas. *In: Serviço Social e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

AZEVEDO, Maria Amélia et al. Educação a distância: o combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes - uma experiência bem sucedida. *Psicologia em Estudo*. 2001, v. 6, n. 1, pp. 85-89.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social**. São Paulo. n 124,p 623-636, out./dez 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.042> .

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília, DF, 2002. (Cadernos de Atenção Básica, n. 8).

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. *In: Serviço Social e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. *Serv. Soc. Soc.* [online]., n.118, pp.239-264, 2014.

CFESS. **Código de ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 1993

ELIAS, Wiataiana de Freitas; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário Silva de. As diferentes configurações da dimensão socioeducativa do Serviço Social brasileiro na sua trajetória histórica profissional. *Revista Serviço Social & Realidade*, Franca, v.17, n.2, p.61-83, 2008.

GIAQUETO, Adriana (org). **A dimensão educativa no trabalho social: exercícios de reflexão**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade* [online]. 2015, v. 00, n. 124 [Acessado 16 Dezembro 2021] , pp. 721-745. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.048>>.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n136/0101-6628-sssoc-136-0439.pdf>

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis* [online]. 2007, v. 10, n. spe [Acessado 8 Janeiro 2022] , pp. 37-45. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>>.

MACHADO, Aline Maria Batista. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. In **Serviço Social e Sociedade** n. 109, São Paulo: Cortez, 2012, p. 151 – 178.

MACHADO, Aline M. B.; SILVA, Andressa M.; TOLENTINO, Graziela M. Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010). In **Serviço Social e Sociedade** n. 134, São Paulo: Cortez, 2019, p. 70-87.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Identidade e Alienação**. 7ª ed. Cortez: São Paulo, 2001.

MARTINS, Lígia Márcia; LAVOURA, Tiago Nicola. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista [online]**. 2018, v. 34, n. 71 [Acessado 8 Janeiro 2022] , pp. 223-239. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.59428>>.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes: A economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MELLO, Nicole Freitas de et al. Casos de violência contra pessoas com deficiência notificados por serviços de saúde brasileiros, 2011-2017. **Epidemiologia e Serviços de Saúde [online]**. 2021, v. 30, n. 3. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1679-49742021000300007>>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, K., ASSIS, S. G., and CONSTANTINO, P. **Impactos da Violência na Saúde [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, pp. 21-42.

MIOTO, Regina C. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo. **As perspectivas teórico-metodológicas contemporâneas no Serviço Social**. In: _____. O trabalho social França-Brasil. São Paulo: Sesc/CBCISS. 2011a. p. 145-162.

OLIVEIRA, Lucia Conde de et al. Diálogos entre Serviço Social e educação popular: reflexão baseada em uma experiência científico-popular. **Serviço Social & Sociedade [online]**. 2013, n. 114 [Acessado 16 Dezembro 2021] , pp. 381-397. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000200010>>.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar: família, filhos e desafios [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p. ISBN 978-85-7983-036-5.

PIANA, Maria Cristina. **O Serviço Social na contemporaneidade: demandas e respostas**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

RAICHELIS, Raquel. O Assistente Social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. In: **Serviço Social e sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 107, 2011.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. Considerações sobre a educação popular e o Serviço Social. In: **Movimento-Revista de Educação**. n.7, Niterói: 2017, p. 303-325.

SILVA, Cirlene Francisca Sales; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. Violência Contra Idosos na Família: Motivações, Sentimentos e Necessidades do Agressor. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**. 2016, v. 36, n.3, pp. 637-652. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703001462014>>.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Violência e Serviço Social: notas críticas. **Revista Katálysis [online]**. 2008, v. 11, n. 2, pp. 265-273. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802008000200012>>.

TORRES, Mabel Mascarenhas. Exercício Profissional do Assistente Social: Analisando a Dimensão Técnico-operativa e as Atividades Desenvolvidas. In: **I Colóquio Internacional IV Colóquio Nacional sobre o Trabalho da/do Assistente Social**, 2017, Maceió.

VIEIRA, Monique Soares. Capitalismo Contemporâneo Brasileiro: “A Fábrica de Violência”. In: **Revista de Estudos Interdisciplinares**. 2019, v.1, n.1, p. 63 – 77.

YAZBEK, M.C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: **Revista Temporalis**, n.03, 2001.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed.reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.